

CERTIDÃO

MARIA ELISA MONTEIRO PIRES VILELA, SEGUNDA SECRETÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:-----

Certifica que da acta da **segunda sessão ordinária do ano de dois mil e sete**, desta Assembleia Municipal, realizada no dia **vinte e sete de Abril**, no edifício do antigo Centro Cultural Municipal de Bragança no auditório « **Paulo Quintela** », na qual participaram **noventa e dois membros** dos noventa e nove que a constituem, se encontram **aprovadas em minuta**, as **seguintes deliberações:**-----

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:-----

EXPEDIENTE: (Alínea n), nº. 1 artigo 46º. A da lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro). -----

A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e fins tidos por convenientes. Esta correspondência bem como a restante, encontra-se na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia. -----

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA: - **PS:** Lúdia Gomes Valinho; Luís Carlos Magalhães Pires; Luís Manuel Silvestre; António Rodrigues Vieira e Henrique da Costa Ferreira.-----

PSD : José Joaquim Meireles Salgueiro; José Alberto Moutinho Moreno; José Miguel G. Miranda; Maria Sampaio da Veiga; Francisco António Alves e Martina Isabel veiga Dias. -----

MEMBROS CONVOCADOS – SUBSTITUIÇÕES: **PS** - Manuel Gonçalo Esteves; Maria de Fátima Gonçalves Esteves, Francisco Manuel Esteves Marcos, Fernando Manuel Teixeira Rodrigues, Aquiles do Carmo Pereira.-----

PSD – Luís Manuel ferro Azevedo; Rui António Neves Simão, Manuel ferreira Azevedo Maia, Maria Eugénia C. Barreira Afonso; Maria do Amparo Mendes Alves e Francisco Carolino Paulo.

INATALAÇÕES: **PSD:** Rui António das Neves Simão; Manuel Ferreira Azevedo Maia; Francisco Carolino Paulo e Maria do Amparo Mendes Alves.-----

PS - Aquiles do Carmo Pereira e Fernando Manuel Teixeira Rodrigues.-----

1 – ACTA – Foi presente e posta a discussão **a acta da primeira sessão ordinária realizada em 26 de Fevereiro de 2007**, dispensando-se a sua leitura - número um do artigo 92º. da Lei número 169/99, de 18 de Setembro - em virtude de previamente terem sido distribuídas pelos membros.-----

-----**Não tendo havido discussão foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, estando momentaneamente sessenta e sete membros presentes.** -----

2 – PÚBLICO – 1º- PERÍODO DE INTERVENÇÃO. Não houve inscrições. -----

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- **Eduardo Malhão – Apresentou, por escrito, a seguinte**

**“MOÇÃO
LIGAÇÃO ÁEREA BRAGANÇA-VILA REAL-LISBOA**

Considerando que:

.....A ligação área Bragança-Vila Real-Lisboa foi criada em 1988 com o objectivo de combater o isolamento da região, ajudando desta forma a minorar os custos da interioridade e da falta de acessibilidades que permitam uma ligação rápida e segura ao litoral, pagando o Governo à empresa concessionária uma compensação pelos resultados negativos de exploração gerados pela prestação do serviço;

.....O Governo atribuiu por concurso público realizado em 2003 a concessão da referida ligação à Empresa Aerocondor, nas condições definidas no respectivo Caderno de Encargos e que deveriam ser cumpridas quer pelo concorrente vencedor quer pelo próprio Estado na parte que respeita ao pagamento atempado da compensação contratualizada;

.....A empresa Aerocondor tem vindo ultimamente a reduzir unilateralmente o número de voos, havendo passageiros que ficaram em terra resultado do cancelamento dos voos à última hora, o que obviamente acarreta graves prejuízos à região e de uma forma muito particular às pessoas directamente lesadas;.....

.....A Verificação crescente e nefasta da degradação das condições daquele serviço e a existência de dúvidas e incertezas quanto à sua regularidade, surgem numa altura em que a empresa Aerocondor enfrenta uma grave crise financeira.

.....Nestes termos,

.....A assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária de 27 de Abril de 2007, perante uma situação que afecta gravemente os interesses da região, deliberou reclamar junto das entidades competentes na matéria, nomeadamente do Senhor Ministro dos Transportes e das Obras Públicas a intervenção do Governo no sentido da normalização e regularidade das ligações aéreas Bragança-Vila Real-Lisboa.

.....Bragança, 26 de Abril de 2007

.....a) O Grupo Municipal do PSD”

----- Após análise e discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com oitenta votos a favor, zero abstenções e um voto contra, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes. -----

----- Fez declaração de voto o membro Hélder Rodrigues – Presidente da Junta de freguesia de Espinhosela. -----

----- Lídio Correia – Apresentou, por escrito, a seguinte

“MOÇÃO

.....Considerando a proximidade de Bragança a Espanha e ao centro da Europa;

.....Considerando que a Ponte Internacional de Quintanilha se encontra em avançado estado de construção;

.....Considerando que, com excepção do Distrito de Bragança, todo o interior norte do País nomeadamente o Distrito de Vila Real, se encontra ligado por auto-estrada ao litoral e aos grandes centros;.....

.....Considerando que Bragança é o único distrito sem um quilómetro de auto-estrada;.....

.....Considerando que a ligação rápida e eficaz a Espanha e à Europa é um factor estruturante para quebrar o isolamento e promover o desenvolvimento do distrito A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 27/04/07 decide:.....

.....Exigir do Governo que o troço da auto-estrada Bragança-Amarante, tenha o seu início em Quintanilha e o lançamento e começo das obras se faça rapidamente.

.....Bragança, 27 de Abril de 2007

.....Os eleitos da CDU

.....a) Lídio Correia e Luís Costa”

----- Não tendo havido discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e nove votos a favor, um voto contra e onze abstenções, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.-----

----- Fizeram declaração de voto os seguintes membros: Hélder Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Espinhosela) e Victor Pereira. -----

.....João Ortega – Apresentou, por escrito, a seguinte

“MOÇÃO

.....- A Câmara Municipal de Bragança deverá promover o licenciamento de projectos de loteamento, por forma que os mesmos venham a possibilitar o desenvolvimento harmonioso, humano e evolutivo do tecido urbano, ao contrário do que acontece actualmente, em que são os principais responsáveis pelo espaço monótono, descaracterizado e sem qualidade, que temos vindo a construir.

.....- A Câmara Municipal de Bragança deverá fomentar o principio de que os edifícios sejam genericamente mais largos na base do que no topo. - A Câmara Municipal de Bragança deverá rever o artigo do PDM actual, que obriga a que as garagens sejam fracções autónomas, devendo as mesmas ser parte integrante dos fogos.

.....Bragança, 27 de Abril de 2007

.....a) João Baptista Ortega”

----- Não tendo havido discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes. -----

----- Fez declaração de voto o membro Lídio Correia. -----

----- Luís Vale – Apresentou, por escrito, a seguinte

“MOÇÃO

1 ° de Maio

.....1. Considerando o congresso realizado em Paris em 1889, onde o Dia Mundial do Trabalho foi criado, em homenagem à luta de milhares de trabalhadores dos Estados Unidos da América, sujeitos a violenta repressão policial durante a realização, três anos antes, de uma greve geral no centro industrial de Chicago, por melhores condições de trabalho e na luta pelas oito horas de trabalho diárias;

.....2. Sabendo-se que em Portugal este feriado simbólico foi estabelecido em 1889, primeiro ano em que participou numa reunião operária internacional, estando suspenso durante a vigência do Estado Novo, tendo sido restaurado com a revolução de Abril de 1974;

.....3. Atendendo a que no próximo dia 1 de Maio se comemora o 33 ° Aniversário do Dia Internacional do Trabalhador em Liberdade, data que corresponde à inequívoca consolidação da Revolução de Abril;

.....4. Reconhecendo as vitórias consagradas como direitos fundamentais na Constituição da República, tais como o acesso universal ao trabalho, o direito de greve, à livre contratação colectiva, contra a insegurança e a instabilidade; assim como as conquistas alcançadas, como a liberdade sindical, a institucionalização do salário mínimo nacional, a generalização do 13 ° mês, das pensões de reforma e dos subsídios de férias e de desemprego;

.....5. Assumindo os ideais, direitos e garantias preconizados no Dia Internacional do Trabalhador como o pleno emprego, assente na estabilidade, protecção e igualdade social, contra a precariedade e pela justiça social;

.....6. Entendendo que Portugal tem vindo a sofrer um profundo agravamento da taxa de desemprego, acompanhado da generalização de desregulações e precariedades no

trabalho, correspondentes a uma redução de salários e perda de direitos individuais e colectivos;

.....7. Considerando que as medidas assumidas nos últimos anos constituem retrocessos nos direitos, nomeadamente o projecto neoliberal da flexisegurança, o livro verde da União Europeia e o livro branco, intrinsecamente associados à revisão do Código de Trabalho, cujas consequências assumem proporções confrangedoras, das quais se salientam a precariedade laboral e as assimetrias sociais;

.....O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Bragança, na sua reunião ordinária de 27 de Abril de 2007 decida:

.....1. Congratular-se com a passagem dos 33 anos do 1.º de Maio em Liberdade e saudar todos os trabalhadores do Município de Bragança, assim como os Sindicatos representativos destes trabalhadores;

.....2. Repudiar qualquer acção que viole os princípios consagrados no espírito do 1.º de Maio;

.....3. Solidarizar-se com todas as iniciativas cidadãs que promovam os direitos fundamentais conquistados no 1.º de Maio, apelando à participação dos cidadãos de Bragança nos actos comemorativos do Dia Internacional do Trabalhador.....

.....4. Enviar a presente moção às Delegações Regionais dos diferentes sindicatos existentes no concelho de Bragança, assim como à CGTP e UGT.....

.....O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda.....

.....Bragança, 27 de Abril de 2007”.

----- Não tendo havido discussão foi a mesma Moção submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes. -----

----- Amândio Gomes – Apresentou, por escrito, a seguinte

“Proposta de Recomendação

.....Durante a Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril de 1974, o Senhor Presidente da Câmara referiu aqui que a cidade de Bragança experimentou uma evolução económica positiva no pós 25 de Abril.

.....Contudo, soube reconhecer que o nosso desenvolvimento, bem como o dos concelhos vizinhos, poderia ter sido muito superior se "oportunidades idênticas às que foram atribuídas à generalidade do país, nos tivessem sido dadas".....

.....Teve a coragem de atribuir ao Poder Central a responsabilidade que se vive no interior Norte de Portugal, a qual já atingiu um nível demasiado preocupante, que a passos largos nos conduz "para uma situação de inviabilidade económica e social", mercê da imposição de "um modelo de desenvolvimento que agrava os problemas ambientais e sociais do litoral", afecta gravemente as condições de vida do Homem Nordestino e conduz inexoravelmente à desertificação de uma parcela muito significativa do território nacional".....

.....Depois de tecer diversas considerações, devidamente fundamentadas acerca desta matéria, terminou o seu discurso prontificando-se a percorrer "o nosso caminho sem tibiezas, incitando cada um de nós a dar o seu melhor na convergência dos interesses essenciais da nossa terra para rapidamente nos aproximarmos dos níveis médios da Europa".

.....Será difícil, Senhor Presidente, cumprir este desígnio se o Governo do país teimar em continuar a ignorar a nossa vontade e os nossos direitos.....

-----Na mesma linha de preocupações, também o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios, em reunião de 20 do corrente mês, depois de ponderar os inúmeros e graves prejuízos a que milhões de cidadãos residentes no interior do território nacional estão sujeitos contra a sua vontade, decidiu:

-----1 - "Alertar a população de todo o país para que, com as medidas avulsas e desarticuladas que vêm sendo tomadas pelos diversos Ministérios, Institutos e Serviços da Administração Central estão a ser criadas condições para o último passo do abandono do interior do território pelas populações que ainda resistem nas suas vilas e aldeias".....

.....2 -"Exigir do Governo que se auto - coordene... para que sejam travadas e corrigidas as acções desarticuladas a que temos assistido...(e que se traduzem no encerramento sistemático de Serviços de Urgência e de atendimento permanente de saúde, Postos da GNR e PSP, Tribunais, Escolas, Transportes Públicos ferroviários e rodoviários, Correios, Serviços de Electricidade, etc...) a fim de evitar que a "política de factos consumados no terreno"... contrarie o sentido de equilíbrio, equidade e coesão territorial para que aponta o Plano Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT),já aprovado pelo Governo, que desautoriza este conjunto de medidas avulsas".

.....Atendendo à credibilidade deste prestigiado Parceiro Social, penso eu que a posição por ele assumida poderá ter o mérito de quebrar o ímpeto reformista de um Governo que se diz

empenhado no combate às assimetrias regionais e às enormes desigualdades vividas no interior do país, mas que sistematicamente esquece as suas promessas, não parando de anunciar febrilmente medidas aos montões, sem curar de saber se são justas ou injustas as consequências que delas resultam para a vida de milhões de cidadãos que tiveram o azar de ter nascido em terras ditas do demo.....

.....Para que estes alertas produzam alguns efeitos, precisam de ser secundados por outras vozes persistentemente incomodativas, que conduzam à substituição imediata daqueles assessores que há dezenas de anos persistem em impingir aos nossos Governantes modelos de planeamento copiados de outros Países que nada têm a ver com a nossa realidade social, por outros que aportem maior inovação nesta matéria e que estejam interessados na preservação dos seres humanos que parecem estar condenados a viver nesta triste e vil pobreza.....

.....Pedindo desculpa por ter vindo aqui lembrar aquilo que V.^{as} Ex.^{as} não são capazes esquecer porque também vos afecta e afecta os cidadãos que vos elegeram, e sobretudo porque as linhas de orientação transmitidas pela ANMP estão certas e as questões focadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bragança têm uma razão forte de ser, porque actuais e pertinentes, proponho que seja aprovada uma recomendação no sentido de incentivar o Senhor Presidente da Câmara a defender as questões acima referidas, porque ele está certo e tem o apoio claro e inequívoco desta Assembleia Municipal.

.....O deputado do PSD,
.....a) Amândio Gomes”.....

..... **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com setenta e um voto a favor, dez votos contra e zero abstenções.....**

.....**Fez declaração de voto o membro Lídio Correia.....**

.....**Júlio Carvalho – Apresentou, por escrito, o seguinte**

“ Voto de Pesar e Louvor

.....Em 2 de Março do corrente ano, faleceu, nesta Cidade de Bragança, o Eng.º José Luís Pinheiro, cujo “Curriculum”, não obstante sobejamente conhecido de todos, é merecedor de realce:.....

.....- Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Bragança entre 10 de Janeiro de 1975 a 13 de Janeiro de 1977;.....

.....- Integrando as listas do PPD, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Bragança para o mandato de 10 de Janeiro de 1977 a 17 de Janeiro de 1980;.....

.....- Integrando as listas do PPD, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Bragança para o mandato de 18 de Janeiro de 1980 a 13 de Janeiro de 1983;.....

.....- Integrando as listas do CDS, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Bragança para o mandato de 14 de Janeiro de 1983 a 31 de Dezembro de 1986;.....

.....- Integrando as listas do CDS, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Bragança para o mandato de 1 de Janeiro de 1986 a 7 de Janeiro de 1990.

.....Considerando que, durante 15 anos, o Eng.º José Luís Pinheiro se dedicou, denodadamente, a servir os interesses do Concelho de Bragança;

.....Considerando a sua acção visível, em período conturbado e de escassez de meios e recursos, em vários sectores da vida do Concelho, nomeadamente na qualificação urbana, no ambiente, nas acessibilidades e transportes urbanos, na área social, na educação, na cultura, no desporto, na instalação da actual sede do Município, na elaboração e aprovação do Projecto do Alto Sabor;.....

.....Considerando os relevantes serviços prestados pelo Eng.º José Luís Pinheiro nas suas intervenções no Concelho Distrital de Bragança, na Comissão Especializada de Infra-Estruturas e Ambiente da Associação Nacional de Municípios e na Comissão Consultiva do Plano Energético Nacional, de que foi membro;.....

.....Considerando que a sua acção em prol do Concelho e o seu nome não podem, nem devem, ser esquecidos, antes merecendo o público reconhecimento do povo de Bragança;.....

.....Considerando que o falecimento do Eng.º José Luís Pinheiro, pelo que fez, e pelo que era, é motivo de geral tristeza, mágoa e consternação,

.....PROPOMOS:

.....1. Um voto de pesar pelo seu falecimento;.....

.....2. Um voto de reconhecimento e louvor póstumos pela obra notável que levou a cabo no Concelho de Bragança na qualidade de Presidente da Câmara;.....

.....3. Que, uma vez aprovados estes votos, deles se dê conhecimento à população do Concelho e aos seus directos familiares.....

.....Bragança, 27 de Abril de 2007-05-09

.....Os proponentes: Júlio Carvalho; Adérito Lhano;Luís Machado Rodrigues;António Jorge Nunes;Paulo João; Acúrcio Pereira;Carlos Cadavez;João ortega;José baltazar;Paulo xavier; Fernando paula;Domingos Seca;Domingos Santos; José Lourenço Rodrigues;João Fernandes, Maria Elisa Vilela, e uma assinatura ilegível”.....

.....**Após análise e discussão foi ao mesmo voto de pesar e louvor submetido a votação tendo sido aprovado, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes.**

.....**Fizeram declaração de voto os membros: Lídio Correia e Paulo João (Presidente da Junta de Freguesia de Rabal).**

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.-----

----- Seguidamente se transcreve o discurso apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara e previamente distribuído pelos membros:-----

SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE ABRIL DE 2007

ESTADO E VIDA DO MUNICIPIO

Conforme o previsto na alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal que teve lugar a 26 de Fevereiro de 2007, até à presente data.

- 1 - Assuntos tratados para deliberação ou conhecimento da Assembleia Municipal.
 - 1.1 – Documento de prestação de contas relativo ao ano de 2006 (para aprovação);
 - 1.2 - Quarta Modificação – Proposta da 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal e ao Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipal (para aprovação);

1.3 - Proposta de Reconhecimento de Interesse Municipal do depósito das terras sobranes da escavação do traçado do IP4 – E82 – Ponte Internacional de Quintanilha e acessos, nos terrenos da Confraria de Nossa Senhora da Ribeira (para aprovação);

1.4 - Estudo e Promoção da Rede de Transportes Públicos no Concelho de Bragança (para conhecimento);

1.5 - Empresa de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., relativo à realização de entradas de capital – Interpelação – Ofício 003-Adm-07 (para conhecimento).

Principais deliberações e acções realizadas no âmbito da gestão do plano de actividades e orçamento:

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1.1 – DIVISÃO FINANCEIRA

1.1.1 Secção de Contabilidade e Sector da Tesouraria

No âmbito destas unidades, destacam-se como assuntos de maior relevância:

Execução do Orçamento e Plano Plurianual de Investimento e comparação com o ano de 2006 – a receita cobrada elevou-se a 7.171.488,83€ (+14,70%) representando uma execução de 18,8% relativamente ao valor orçamentado. Do total recebido, as receitas correntes atingiram 4.691.743,93€ (+2,86%) e as receitas de capital contribuíram com 37,51% do total dos recebimentos. Os pagamentos foram de 6.947.039,56€ (+16,42%). A despesa de capital foi de 2.946.185,84€ (+20,64%), enquanto que a despesa corrente atingiu o montante de 4.000.853,72€ (+13,51%). De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram no mês de Março de 2007 uma execução financeira de 13,2%, orientadas principalmente para as funções sociais, no valor de 1.990.932 euros, sendo provenientes de pagamentos do PPI em 1.785.108 euros e decorrentes do PAM em 205.824 euros.

Analisando individualmente a sua estrutura verificamos: O Plano Plurianual de Investimentos atingiu em final do mês de Março de 2007 uma execução de 13,2%, relativamente ao valor previsto anual. Relativamente à aplicação destas despesas de investimento no valor de 2.909.940 euros, verifica-se um investimento claro nas funções sociais com 1.785.108 euros, destacando-se nesta área a canalização para acções na área da habitação e serviços colectivos com 1.236.758 euros. O Plano de Actividades Municipal, atingiu em final de Março o valor 215.824 euros e uma execução de 13,9%. Tal como no Plano Plurianual de

Investimentos, as funções sociais foram as que absorveram maior fatia de recursos, verificando-se pagamentos no valor de 205.824 euros, canalizados de forma mais significativa para os serviços culturais, recreativos e religiosos com 109.511 euros.

Verifica-se que em Março de 2007 comparativamente a Janeiro de 2006 - Em termos financeiros: as Receitas Fiscais diminuíram, em valor absoluto, 92.823 euros; as Receitas Próprias de Funcionamento cresceram, em valor absoluto, 230.149 euros; a Autonomia Financeira do Município aumentou, em valor absoluto, 228.564 euros; a Saúde Financeira da Autarquia cresceu 2 pontos percentuais. - Em termos de estrutura: a Poupança da Autarquia decresceu 12 pontos percentuais; as Aplicações da Receita Corrente em Despesa de Capital diminuíram, em valor absoluto, 348.263 euros; os Custos com Pessoal sobre Despesas Correntes decresceram 5%; os Custos com Pessoal sobre Despesas Totais decresceram 3,50%.

Ao nível de subsídios para *Associações e IPSS e Comissões Fabriqueiras*, foram efectuadas transferências no valor de 253.231,90€, para as Juntas de Freguesia foram efectuadas transferências no valor de 168.980,60€.

Ao nível de subsídios para Associações foram autorizadas transferências no valor de 100.478,53€, dos quais 15.000,00€ se reportam ao apoio concedido à ACISB para a realização da Feira das Cantarinhas e XXI Feira do Artesanato; Rotary Clube de Bragança 5.000,00€, para apoio à execução do plano de actividades 2006/2007; Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa 6.235,00€ relativo ao apoio para o concurso nacional da Raça Mirandesa; Tuna Feminina Universitária de Bragança, 250,00€ para apoiar a realização do II Festival de Tunas Femininas de Bragança; Clube Académico de Bragança, 6.500,00€, para despesas diversas de manutenção dos equipamentos desportivos; Centro Social e Paroquial de Baçal 25.000€, para aquisição de equipamento de cozinha e lavandaria, aquecimento central e mobiliário diverso; Fábrica da Igreja de S. Pedro de Babe 5.000€, obras de construção da Capela Mortuária e espaço de arrumos dos andores; Clube Motocruzeiro, 10.000€, obras de construção da sede do Clube; Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Izeda, 7.493,53€, comparticipação da Câmara Municipal às obras de recuperação de Igreja Paroquial de Izeda; ADRI – Associação de Desenvolvimento da Região de Izeda, 7.500,00€, para a realização da “8ª Feira do Folar da Vila de Izeda”; Comissão Fabriqueira da Paróquia de Quintela de Lampaças, 12.500,00€, para a realização de obras de restauro da Igreja de Bragada.

Para as Juntas de Freguesia foram autorizadas transferências para investimento no valor de 47.890,00€, assim discriminadas: Rio Frio, 10.000,00 €, conclusão das obras no polidesportivo

de Rio Frio; Faílde, 1.000,00€, para remoção de escombros, resultantes de obras de demolição de casas em ruínas, existentes na Freguesia; Grijó de Parada, 6.000,00€, obras de recalçamento na aldeia de Grijó de Parada; Pinela, 5.000,00€, obras de calcetamento na área envolvente à Igreja de Valverde; Donai, 5.890,00€, obras de calcetamento do acesso ao cemitério público da aldeia de Donai; Gondesende, 20.000,00€, obras de restauro do telhado da Igreja Matriz de Gondesende.

1.1.2 Secção de Taxas e Licenças

Neste período o total da receita arrecadada, no âmbito das atribuições da secção foi de 176.943,14€ (+12,11%). Deste valor as receitas mais significativas foram as referentes à utilização das Piscinas Municipais, com um valor de 44.799,36€, e a receita proveniente das rendas de habitações e edifícios com um montante 33.867,55€. Os Parques de Estacionamento contribuíram com 44.414,00€.

Do serviço de Contra-Ordenações foi recebida a importância de 11.863,44€, correspondente à cobrança de 54 processos. O serviço de Execuções - Fiscais apresenta uma receita de 24.420,93€, correspondendo a 1362 processos cobrados.

Pela mesma ordem de importância, a utilização das Piscinas Municipais registaram o valor de 38.632,96€ (+15,96%), as Rendas de Habitações e Edifícios apuraram o valor de 28.777,55€ (+17,69%). Pela utilização dos Parques de Estacionamento a receita arrecadada foi de 29.132,81€ (+52,45%).

1.1.3 Secção de Património e Aprovisionamento

Nesta secção decorrem os processos de registo e actualização do património e os processos de aquisição e organização dos correspondentes concursos de aquisição, destacando-se na rubrica Terrenos e Recursos Naturais, foram inscritos e regularizados, com êxito, o processo referente a 1 Prédio Rústico, com a área de 8.500 m², adquirido em Janeiro, destinado à ampliação do Aeródromo Municipal, pelo valor de 14.213,68€; 3 Prédios Rústicos, com a área total de 9.800 m², adquiridos em Fevereiro e Março, destinados à Zona Industrial de Mós, pelo valor global de 16.170,00€; 2 Lotes de terreno, na Zona Industrial, Lote 216C1 e Lote 216C2 e 1 parcela de terreno para complemento de lote; Parcela A, no seguimento de Alteração ao Alvará de Loteamento; 26 Lotes, Zona Industrial, identificados de A a Z, destinados a complemento de lotes contíguos, provenientes da emissão do Alvará de Loteamento Urbano e ainda, 1 Parcela de terreno para construção, destinada a complemento de futuro lote para construção urbana, com 441 m², sita em São Pedro de Serracenos, proveniente de Cedências

em loteamento. Na rubrica edifícios-habitação, foram inscritos e regularizados, junto da Repartição de Finanças e Conservatória do Registo Predial, 27 fracções sitas no Bairro da Providência, transferidas para este Município, através de Auto de Cessão de Bens e Acordo de Transferência de património, direitos e obrigações, do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), num montante total de 512.839,00€ e 140 Fracções autónomas do Bairro da Coxa, provenientes do Auto de Cessão de 10/12/2004, em que o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE) transferiu para este Município, o património, direitos e obrigações, após outorga da respectiva Escritura Pública de Constituição de Propriedade Horizontal.

No âmbito de cedências foram tratados os seguintes processos, num total de 11 Escolas, 1 Moinho e 1 Fracção Autónoma: nomeadamente antigos edifícios das Escolas de Fermentãos e Vila Franca, Frieira, S. Julião de Palácios e Caravela, Castrelos e Conlelas, Milhão, Nogueira, Bragada, Rio Frio; Moinho, sito na Zona de Intervenção Polis, cedido ao Núcleo Regional de Bragança da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza, para instalação do Centro de Interpretação Ambiental e 1 Fracção autónoma, do Bairro da Coxa, à Associação dos Estudantes Africanos, para aí desenvolver a sua actividade.

Foi cedido mobiliário, a título definitivo, nomeadamente, 7 Estantes em madeira, cedidas à ACISB - Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança e 10 Estantes em Madeira, à Junta de Freguesia de Izeda e;

Transferência de 1 Quiosque, propriedade deste Município, localizado no Parque Eixo Atlântico e disponível, à Junta de Freguesia de Izeda, destinado ao Jardim Dr. Alves da Veiga, em Izeda.

Foram ainda, realizadas as seguintes **Escrituras**: Cedência do Direito de Superfície à Aeronorte - Transportes Aéreos, S.A, sobre um prédio rústico no Aeródromo Municipal; Doação à Freguesia da Sé, de uma fracção autónoma, destinada à instalação da Sede da Junta de Freguesia da Sé; Rectificação à Escritura de Compra e Venda, da escritura de Aquisição da Ex-Agência do Banco de Portugal; Venda do Pavilhão n.º10, sito no Alto das Cantarias, antiga Precinorte, processo este que se arrastava há 15 anos e Venda à Fepronor, do Lote S destinado a complemento do lote contíguo numerado de 199/200, sito na Zona Industrial das Cantarias.

1.2 - Divisão Administrativa

No âmbito desta Divisão, destacam-se como assuntos de maior relevância: além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal; produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo de referir a entrada cerca de 5700 documentos e a produção de cerca de 2250 ofícios; registo de faltas e remunerações mensais; acompanhamento dos processos de concursos iniciados em 2006; atendimento a jovens que se pretendem recensear e a todos os munícipes, em geral.

Na Secção de Recursos Humanos, salienta-se que decorrem/decorreram os seguintes processos; 31 relativos a concurso externo; 1 de concurso interno para chefe de secção; 3 processos concursais; 7 Aposentação/Pensão de Sobrevivência.

A secção de Cadastro e Remunerações, desenvolveu com regularidade, os processos de remunerações do pessoal, o registo mensal de férias, faltas e licenças, promoções, ingressos, contratos, rescisões aposentações e outros.

De registar, ainda, o apoio que este Município vem dando a jovens recém-formados, proporcionando-lhes o primeiro contacto com o mercado de trabalho estando, em Janeiro, a decorrer 5 estágios profissionais e 10 estágios curriculares/não remunerados., necessários para a conclusão da sua formação académica e ainda 1 estágio profissional no âmbito do Programa Vida/Emprego.

Desenvolveu-se todo o processo alusivo a 5 funcionários, que estiveram envolvidos em acidentes de trabalho e de 2 acções de formação, o que resultou na participação de 3 funcionários.

No campo dos serviços de higiene, segurança e saúde, que foram efectuadas 116 convocatórias para a prestação de serviços médicos e 117 convocatórias para exames complementares.

Sector de Arquivo – decorrem os procedimentos conforme objectivo previstos.

1.3 - Divisão de Informática e Sistemas

No âmbito desta Divisão e para o período em análise, destacam-se como actividades mais relevantes: A nível da WEB: Apoio aos serviços na colocação de conteúdos dinâmicos; Manutenção de conteúdos do site com actualizações programadas ou a pedido; Colocação do Boletim Municipal mais recente.

A nível de aplicações: Acompanhamento técnico e apoio na resolução de problemas relacionados com as aplicações SIGMA; Upgrade às aplicações de “Gestão de Actas” – Participação na formação e realização de testes, de Fiscalização e Contra-ordenações, de Execuções Fiscais; Actualização de software antivírus; Actualização de software servidor de email.

A nível da assistência técnica: Transferência do acesso ADSL da CMB (da Novis para a PT Prime); Configuração da firewall e do router; Instalação de acesso ADSL nos estabelecimentos do pré-escolar; Manutenção do equipamento informático existente no espaço de acesso à Internet na Biblioteca Municipal; Assistência aos estabelecimentos de ensino (escolas do 1º Ciclo e pré-escolar); Assistência a equipamentos da Autarquia.

A nível da gestão: Elaboração de caderno de encargos para com vista à aquisição de um novo sistema de gestão de assiduidade; Elaboração de relatório de análise para implementação de um novo sistema de leitura óptica de artigos para os armazéns.

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.1 - Área do Ensino – nesta área de actividade, destaca-se no período em apreciação: Informação, levantamento e tratamento de carência ao nível do equipamento no Pré Escola e do 1º ciclo; reuniões com os Agrupamentos de Escolas relativas às actividades extra-curriculares; Formação da Empresa Eurisko, planos de emergências nas Escolas; Elaboração dos Planos de Emergência nas escolas; Escola de Trânsito calendarização regular a partir do mês de Março.

No âmbito do reordenamento da Rede Escolar do Concelho de Bragança para o ano lectivo de 2007/2008, e a solicitação da DREN/CEB, foi emitido parecer favorável ao acolhimento nas escolas sede dos Agrupamentos, das turmas do 1º Ciclo do ensino básico, no sentido de garantir o funcionamento a tempo inteiro (actualmente 23 turmas praticam horário duplo). A Câmara municipal pronunciou-se favoravelmente, considerando a medida como de carácter transitório, até à concretização dos equipamentos previstos na Carta Educativa, considerando que as escolas sede dos Agrupamentos podem acolher os alunos, integrando-os tendo em conta os distintos níveis de ensino, que a solução beneficia os alunos, os pais e representa diminuição de recursos que a Câmara Municipal tem afectos ao 1.º Ciclo.

2.2 - Área Cultural – A Inauguração do Museu Ibérico da Máscara e do Traje decorreu no dia 24 de Fevereiro de 2007, destacando-se o desfile, integrado por diversas Associações Culturais e Etnográficas, Juntas de Freguesia e outras entidades de Trás-os-Montes e Alto Douro e Província de Zamora, no total de 32 representações que enquadram 340 participantes.

A cerimónia terminou com um jantar convívio oferecido pela Câmara Municipal de Bragança a todos os participantes e acompanhantes em número superior a 450 pessoas, servido junto à sede do Museu.

Desde o dia 24 de Fevereiro ao dia 31 de Março, 2640 pessoas, maioritariamente jovens e adultos mas também muitas crianças, visitaram o Museu. De todos os visitantes, cerca de 600 eram Espanhóis e os restantes Portugueses. Destaque para a visita feita pela Comissária Europeia da Política Regional, Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e outras autoridades de Portugal e Espanha.

No Teatro Municipal de Bragança tiveram lugar os seguintes espectáculos: Teatro Infância - TMP- "Como um carrossel à volta do sol"; Música - Orquestra de Flamenco Baroco; "Miss Daisy"; Tetro de Estudantes de Bragança: "O Armazém"; Mostra de Teatro Escolar: Escola Emídio Garcia: "As Cores do Mundo": Escola Superior de Educação de Bragança: "Peças Curtas, Vistas Largas": Escola Abade de Baçal: "Que farei com este livro?"; Escola Miguel Torga: "Voz do Povo"; Música: Orquestra do Norte (Concerto comemorativo do centenário do nascimento de Miguel Torga); Ópera - Ópera estatal de Jarkov: La Traviata; Teatro de Garagem: "A morte de Danton"; Herbário: João Pedro Vaz.

Do dia 06 de Janeiro a 06 de Março, o Centro Cultural, na sala 1e 2, acolheu a exposição Máscara Ibérica, da autoria de Helder Ferreira, que contou com aproximadamente 60 imagens de diferentes formatos sobre o ritual da Máscara nas regiões de Zamora, Ourense e Norte de Portugal; do dia 8 de Março a 10 de Abril, a sala 1 acolheu a exposição "Mongólia e Sudeste da China", da autoria de António Sá, com 45 fotografias; do dia 8 de Março a 12 de Abril, a sala 2 acolheu a Exposição Fotográfica do Património Mundial de Macau e a apresentação "Macau - as novas realidades". Durante este período o número de visitantes da galeria de exposições temporárias no Centro Cultural de Bragança foi de 2072.

Em Fevereiro, na Sala Polivalente, esteve patente uma exposição de serigrafias dos alunos da Escola Superior de Educação de Bragança "O meu eu". Em Março, na Biblioteca Municipal esteve patente uma exposição (mostra documental) integrada nas Comemorações do Centenário de Miguel Torga.

No dia 21 de Março, no Auditório Paulo Quintela, decorreu, a Noite de Poesia organizada pela Câmara Municipal de Bragança e a Junta de Freguesia da Sé. Participaram neste evento alunos da Escolas Secundárias de Bragança, Escola Superior de Educação, Teatro de Estudantes de Bragança, Universidade Sénior. Os momentos de poesia foram acompanhados pelo Conservatório de Música e os alunos da Escola de Ballet. Participou a Comissária Nacional para o Plano Nacional de Leitura.

A nível da Biblioteca Municipal, durante o mês de Fevereiro, tivemos 2371 utilizadores em todos os serviços existentes na biblioteca e no mês de Março 1559. Na secção infantil

realizaram-se algumas actividades e projecção de filmes com a presença de 185 crianças no mês de Fevereiro e 94 no mês de Março.

Em Reunião de Câmara foi aprovado o protocolo com a Associação Norte Cultural – Orquestra do Norte, no montante de 10.500€.

2.3 - Área do Desporto – Destaca-se a colaboração nas actividades de Expressão e Educação Física Motora junto das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Bragança; Gestão da distribuição das instalações desportivas; Apoio à realização de torneios e competições oficiais; Actividades Orientadas da Piscina Municipal de Bragança; Apoio a o projecto “Mexa-se em Bragança”, actividade Física Para diabéticos tipo II; No âmbito do programa “Bragança Saudável, Bragança Solidária” foram realizadas as caminhadas Rurais no Zoio - 8km; Viduedo - 9km; Castro de Avelãs – 9Km; Rio de Onor – 11Km e duas caminhas urbanas de 5Km, uma das quais designada de *3º Passeio da Liberdade*. Tiveram ainda, lugar o campeonato Regionais de Basquetebol e a 3ª Maratona de Hidroginástica, no dia 19 de Abril.

2.4 - Área Social – Conclusão do projecto de candidatura para a Rede Social; apoio à comissão de protecção de crianças e jovens em risco; análise/acompanhamento de problemas resultantes da degradação habitacional das famílias carenciadas; atendimento, encaminhamento e solução de situações problemáticas; gestão dos processos das refeições e suplementos alimentares das escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância; organização dos processos dos boletins de candidatura para as habitações; actualização dos processos de pedido de habitação com aplicação da grelha de prioridade aprovada em reunião de Câmara 22 de Janeiro; levantamento e estudo das intervenções a efectuar para recuperação das casa devolutas propriedade da Câmara (Habitação Social); finalização do processo de actualização de rendas das habitações sociais de pertença da CMB; Conclusão da transferência dos processos agregados familiares do Bairro da Previdência; está em fase de finalização o processo para candidatura *Prohabita* do Instituto Nacional de Habitação.

No âmbito desta área foram aprovados em Reunião de Câmara os seguintes assuntos:

- Isenção/redução de passes Escolares a 6 alunos, com um encargo global anual para o Município no valor de 2.465,67€;
- Apoio social ao agregado familiar de Américo Marcelino dos Santos, residente na aldeia da Sarzeda, Freguesia de Rebordãos, fornecimento de diverso material para obras de melhoria da respectiva habitação e ao agregado familiar de António Afonso, residente em Sortes, atribuído

um apoio no montante de 4.840,00€+IVA, a transferir para a respectiva Junta de Freguesia que procederá ao acompanhamento das obras a executar na referida habitação.

2.5 - Área do Turismo – Durante este período foram atendidos no posto Turismo Municipal 1020 turistas, dos quais 597 portugueses e 423 de nacionalidade estrangeira.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 - Divisão de Urbanismo

Muito embora o número de solicitações (entrada de requerimentos) à Divisão de Urbanismo se mantenha estável (média mensal de 450), verifica-se a tendência de decréscimo na construção privada, reflectindo a crise generalizada no sector da construção civil relativamente aos últimos três anos: o número de processos novos diminuiu cerca de 20%; o número de licenças de construção diminuiu cerca de 10%; o número de licenças de utilização diminuiu cerca de 12%. Esta tendência acompanha a situação no país, com uma quebra média de 20% desde o ano 2000.

3.2 – Divisão de Obras

Neste período foram adjudicadas obras e fornecimentos num valor de 1.977.899,93 € e foi realizada uma facturação no valor de 780.419,08 € para empreitadas e 103.892,66 € para outras acções.

Foram abertos seis concursos de onde se pode destacar o concurso da empreitada para a execução de infraestruturas do loteamento de S. Tiago – 1ª Fase, foram ainda, adjudicadas as seguintes obras: fornecimento, transporte e montagem de vedação para o campo de futebol, à empresa Vedarame – Vedações e Redes Metálicas, Lda., pelo montante global de 49.170,61€, já com IVA;

- adjudicação definitiva da execução de rede de abastecimento de água na Estrada de Turismo ao concorrente Elias Santos Pinto, Filho, Lda, pelo valor de €21.420,00+IVA; construção do Centro de Saúde de Santa Maria – Bragança II;

No âmbito desta divisão foram, igualmente, aprovados os seguintes assuntos: fixação do preço de 18.15€/m² para venda de lotes na Zona industrial de Mós; reserva dos lotes de terreno situados na ZI Mós n.ºs 2 e 3, por solicitação, da empresa Prometal, Serralharia Técnica Bragançana, Lda. e do lote n.º 4 por solicitação, da empresa Imorda Transportes, Lda.; aquisição de terrenos a Manuel António Ferreira e Domingos Augusto Ferreira de 1/3 do prédio rústico, sito em Vale D' Álvaro inscrito na Matriz Predial Rústica da Freguesia da Sé, sob o artigo n.º

499, pelo valor de 91.000,00€ e a venda de um lote de terreno com a área total de 1570m², situado na ZI Cantarias, à empresa Pereira & Filhos, Lda., pelo valor global de 27.223.80€.

Foi ainda aprovado o protocolo com o Instituto Geográfico Português, com o objecto de definir as responsabilidades com vista ao estabelecimento, exploração e manutenção da estação de referência GNSS (Sistema Satélite de Navegação Global) permanente em Bragança, a localizar no edifício do Mercado Municipal.

3.2 - Divisão de Equipamento

Relativamente a esta divisão e no que a obras de executadas por administração directa, salientam-se:

Equipa de conservação de vias urbanas – 18 intervenções com destaque para a mudança do stand de Cidadela para junto do Teatro Municipal; continuação da reparação de fogos no Bairro Novo da Previdência e calcetamento nas ruas do Cemitério Municipal.

Equipa de conservação de edifícios – 10 intervenções com destaque para a continuação da remodelação do Jardim-de-Infância de Santa Comba de Rossas e reparação em carpintaria dos fogos no Bairro Novo da Previdência e pintura dos mesmos.

Parque de equipamento - Destaque para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia, o início das terraplanagens no aeródromo com melhoramentos na zona envolvente da pista e criação de plataforma para implantação de novos hangares.

Armazém - Destaque para a evolução de melhoria contínua no controle e gestão global centralizada, incluindo melhoramentos nas instalações físicas com ampliação de áreas cobertas e reorganização do espaço exterior para além da rentabilização de recursos humanos e eficiência de funcionamento.

4 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1 - Divisão de Saneamento Básico

No âmbito da Secção de Águas, relativamente à área urbana realizaram-se os seguintes trabalhos: execução/remodelação da rede de água no Bairro do Couto e colocação de reservatório para rega e respectivas ligações no Jardim Bartolomeu de Gusmão.

Na área rural destacam-se os trabalhos nas aldeias de Sortes, reparação do depósito e substituição da conduta de fibrocimento, numa extensão aproximada de 800ml; Babe, colocação de contadores; Montezinho / Portelo, colocação de contadores; Paredes, colocação e alteração das ligações da bomba nas minas.

Outros trabalhos relevantes: conclusão da empreitada de fornecimento de um reservatório de 30m³ e ligação furo/reservatório/rede nas aldeias de Fermentãos e Viduedo e ligação dos furos nas aldeias de Frieira e Paredes; execução do projecto de remodelação do abastecimento e colocação de um depósito na aldeia de Sacoias.

A Secção de Águas procedeu, para além dos trabalhos correntes de manutenção das redes aos seguintes trabalhos: mudanças de nome de cliente – 89 processos; execução de novas ligações – 76; ligações de corte após pagamento – 33; desistências – 97; substituição de contadores – 146; contadores abatidos – 91; contadores reparados – 111; fugas/reparações – 29; reparações escolas/edifícios públicos – 33.

No âmbito da Secção de Saneamento, realizaram-se os seguintes trabalhos: execução de 103 trabalhos de desobstrução em colectores – 19 em rede predial e 84 em rede pública; execução de 5 domicílios.

No perímetro urbano, encontra-se em execução trabalhos de reparação/substituição da rede de saneamento básico nos Bairros do Couto, Campo Redondo e Além-do-Rio, e ainda na Av. de Sta. Apolónia e Rua da Boavista. na área rural existem trabalhos nas aldeias de Pinela, Izeda e Samil.

De referir ainda a abertura de concurso para conclusão do saneamento na aldeia de Sortes e a execução do concurso de elaboração dos projectos de alteração do sistema de tratamento de águas residuais domésticas nas povoações de S. Pedro, Rebordãos, França e Rabal.

Foi aprovada a revisão do tarifário aplicado à drenagem e tratamento do saneamento na área urbana. Tendo em vista efectuar uma revisão objectiva ao tarifário actualmente aplicado à drenagem e tratamento do saneamento doméstico e pluvial na área urbana, foram avaliados, de forma exaustiva, os encargos anuais com as respectivas redes, equipamentos, prestações de serviços, recursos humanos afectos, instalações e investimentos previstos, constatando-se que os utentes apenas estão a garantir 33% dos custos, enquanto que o desejável e conforme orientações da nova Lei de Finanças Locais, e orientação geral do Governo para os Sistemas do país, no sentido da sustentabilidade dos mesmos e dos municípios, o que obrigaria de imediato a aplicar uma tarifa próxima de 1,00/m³.

A Câmara Municipal, considerando que as receitas são de 33,00% do custo real do serviço, situação com tendência de agravamento, face às crescentes exigências em termos ambientais, e que se comparado o tarifário do município de Bragança, com municípios de características administrativas e sócio-económicas semelhantes (toma-se como exemplo de comparação o município de Vila Real), se verifica que a tarifa em Bragança é de menos de um terço do valor praticado nessa cidade, considerando que o custo debitado pela prestação de serviço tão

importante para os cidadãos e para a qualidade ambiental do município, é muito baixo, se comparado com outros serviços prestados por outros operadores (gás; telefone móvel ou fixo; electricidade TV Cabo etc.) e que o serviço de recolha e tratamento de esgotos é um serviço significativamente caro e exigente.

Foi aprovada uma actualização que ocorrerá de forma gradual, tendo em conta o momento de elevadas dificuldades económicas para uma parte significativa dos cidadãos, fruto das dificuldades impostas por uma conjuntura económica no país, que não é favorável, em especial para as regiões do interior.

O valor aprovado corresponde a 50% da tarifa máxima já praticada pelo município da região atrás referido, e que iguala o valor recomendado aos municípios, ou seja o valor de sustentabilidade dos sistemas.

Foram feitas transferências de 18.970,00€, destinadas 11 Freguesias do Concelho, relativas a compensações financeiras devidas por trabalhos referentes a obras de beneficiação e reparação de redes de água e saneamento.

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente

A Divisão de Defesa do Ambiente, nas suas actividades de prestação de serviços à população, executou trabalhos no âmbito do sector Jardins e Cemitérios, sector de Mercados e Feiras e no sector da Manutenção Urbana.

No sector de espaços verdes existentes (45 hectares - 11,32 m²/hab.) foi realizada a sua manutenção corrente, feita a requalificação dos canteiros da Igreja do Loreto, junto da PSP, jardim frente ao GAT e estação Rodoviária; foram plantadas 345 árvores e 2412 arbustos; limpeza de espaços não ajardinados existentes nos bairros da cidade; Limpeza de recintos escolares, de fontes luminosas, dos abrigos dos STUB e outro mobiliário urbano; colaboração com as Juntas de Freguesia, com a cedência de flores (790), árvores (156) e arbustos (264).

No sector da manutenção urbana com três áreas de intervenção: controlo de fiscalização da R.S.U., manutenção e sinalização urbana e actividade de cemitérios e sanitária veterinária, de salientar a colocação de 53 sinais de trânsito e 41 postes; a execução de 8 reentrâncias resguardo e 10 sistemas de fixação de contentores.

No Sector de Cemitérios, foram realizadas 22 inumações, 9 das quais no Cemitério do S. Condestável. Procedeu-se, ainda, à colocação de separadores de resíduos, e realizada a limpeza geral dos talhões e arruamentos. Está em fase de conclusão o processo de cadastro do Cemitério do Toural, para gestão informatizada com vista a poder utilizar a informação em tempo real. Deste

processo de avaliação resulta existirem alguns lugares disponíveis, que serão vendidos em hasta pública.

No âmbito da actividade veterinária e sanitária, foram capturados e abatidos alguns canídeos, tendo sido adjudicado o serviço de captura de canídeos ao Agrupamento de Defesa Sanitária de Bragança, por o médico veterinário da Câmara municipal, estar ocupado nos serviços de inspecção do Matadouro e outras campanhas Sanitárias.

Alteração de tarifário dos RSU - O PERSU II – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016, constitui um instrumento estratégico director da gestão de resíduos sólidos urbanos para o período de 2007 a 2016, definindo orientações e objectivos claros, capazes de conferir coerência, equilíbrio e sustentabilidade à intervenção dos vários agentes directamente envolvidos, nomeadamente os Municípios e cidadãos.

Como linha de actuação para a sustentabilidade dos sistemas de gestão de RSU, o PERSU II salienta a “introdução no curto prazo de um sistema de tarifação e cobrança que se coadune com a necessidade de sustentabilidade económica dos Sistemas e dos Municípios e que, simultaneamente, se configure como uma solução de maior justiça e equidade para os cidadãos”.

No ano de 2006 foram gastos pelo município 1.545.544,31 € na gestão de resíduos e limpeza urbana, tendo sido obtida uma receita de 724.323,01 € (47%), proveniente da tarifa associada aos contratos de fornecimento de água, que na zona urbana abrangem aproximadamente 100% dos alojamentos familiares e outros e na zona rural somente 21%. No entanto a cobertura do serviço de recolha de resíduos é de 100% a nível concelhio.

Aproximadamente 75,1 % da factura (custo) resulta dos serviços prestados à zona urbana e somente 24,8 % à zona rural, contudo a receita, é proveniente maioritariamente da zona urbana (aproximadamente 96%). Facto este que resulta da não cobrança de aproximadamente 89 % dos aglomerados familiares rurais.

A Câmara Municipal, constatou que a receita proveniente da aplicação das tarifas tem vindo a diminuir, desde o ano de 2004, enquanto o custo do serviço tem tido um comportamento inverso, sendo o grau de cobertura financeira de 47%, quando o desejável e agora previsto pelo Governo, no âmbito do PERSU II – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos –

é a introdução no curto prazo de um sistema de tarifação e cobrança que se coadune com a necessidade de sustentabilidade económica dos Sistemas e dos Municípios.

Constatou ainda que, se comparado o tarifário do município de Bragança, com o de municípios de características administrativas e sócio-económicas semelhantes (toma-se como exemplo de comparação o município de Vila Real), se verifica que as tarifas em Bragança são menos de 50% do valor daquelas e que o custo debitado pela prestação de serviço tão importante para os cidadãos, é muito baixo, se comparado com serviços prestados por outros operadores (gás; telefone móvel ou fixo; electricidade TV Cabo etc.) e que o serviço de recolha e tratamento de RSU é de entre todos o que mais custa à entidade prestadora.

Assim, aprovou um novo sistema de tarifário que faz uma diferenciação positiva no custo do serviço, para os consumos domésticos inferiores a 5 m³ (o que favorece as famílias de mais baixos recursos económicos e incentiva a redução nos consumos de água), que a tarifa para as Instituições de Solidariedade Social e de Utilidade Pública, se mantém com os valores mais baixos (igual à tarifa doméstica para consumos maiores que 5 m³) e que a tarifa para a área rural do município se mantém, conforme acordado com as Juntas de Freguesia. Note-se que a alteração no tarifário, corresponde a cerca de 50% do valor da tarifa necessário para garantir sustentabilidade ao Sistema.

Optou-se pois, por um ajustamento do tarifário a fazer de forma gradual, tendo em conta o momento de elevadas dificuldades económicas para uma parte significativa dos cidadãos, fruto das dificuldades impostas por uma conjuntura económica no país, que não é favorável, em especial para as regiões do interior.

Considerou, ainda, que estando na área rural a ser implementado o sistema de controlo de consumos de água; tratamento de esgotos e Resíduos sólidos Urbanos, que a revisão de tarifas para esta parte do concelho tem que ser objecto de estudo adequado e ponderação da necessária diferenciação de custo e da procura de equilíbrio de custos.

No âmbito desta divisão foram aprovados os seguintes assuntos: Proposta de parceria a celebrar com a Fundação para a Educação Ambiental – Associação Bandeira Azul da Europa, relativamente ao projecto Eco-Escolas, atribuição da bandeira verde;

4.3 - Divisão de Transportes e Energia

Relativamente ao sector de produção eléctrica verificou-se, no período em análise, uma facturação total de 284.978,15€ (sem IVA), o que corresponde a um aumento em relação ao mesmo período do ano de 2006 de 12,62 %. Ainda, no âmbito deste sector, foram realizadas intervenções nos sistemas de bombagem de água do concelho de Bragança, com montagem de várias electrobombas novas, nas fontes luminosas da cidade e nos sistemas de aquecimento nos edifícios municipais, foram colocados 108 pontos de luz e 32 postes nas redes de iluminação pública.

No sector do trânsito, destacam-se os concursos para fornecimento e colocação de placas de paragem na rede transportes do STUB e 8 abrigos e colocação de barreira automática no parque de estacionamento do auditório Paulo Quintela (instalação prevista para o mês de Maio). De referir, também, o estudo para alteração das saídas dos parques subterrâneos (obras a iniciar em 6 de Maio) e o estudo preliminar do desempenho da actual rede de transporte de passageiros concessionados no Concelho de Bragança.

No sector dos transportes, destacam-se a aquisição de equipamentos para equipar os autocarros de turismo para o transporte de crianças (Lei13/2006).

No Aeródromo Municipal verificou-se nos meses de Janeiro e Fevereiro, 282 movimentos de aeronaves e 816 embarque ou desembarque de passageiros. O que corresponde, em relação ao mesmo período do ano de 2006, a uma diminuição de 24 % nos movimentos das aeronaves e a diminuição de 6,26 % no número de embarque e desembarque de passageiros. Ainda neste sector procedeu-se à adjudicação, à Firma Sener, o Estudo de Revisão do Plano Director de Aeródromo pelo valor 115.000€ + IVA e à Firma Crocker Delaforce S. A. o Fornecimento, Montagem, Calibração e Certificação em voo de uma Estação VOR/DME e do respectivo Sistema de Tele-sinalização e Tele-controlo para o Aeródromo Municipal de Bragança pelo valor 831.277,00 € + IVA.

No âmbito desta Divisão foi aprovada alteração ao regulamento de estacionamento condicionado e aprovadas novas zonas de estacionamento condicionado na Cidade de Bragança, sendo criados mais 23 lugares de estacionamento na Avenida João da Cruz, 18 na Rua Dr. Herculano da Conceição e 16 no Jardim António José de Almeida, a que corresponde um aumento de 14% de lugares existentes.

5 - Outros assuntos

- No passado dia 26 de Março teve lugar em Bragança, a Cerimónia de Apresentação Pública do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal/Espanha 2007 – 2013, promovido pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de Portugal, do Ministério da Economia e Fazenda de Espanha e União Europeia –

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, com a presença da Comissária Europeia da Política Regional, e de outras Individualidades.

- No âmbito da Parceria entre esta Câmara Municipal e a Fundação para a Educação Ambiental – Associação Bandeira Azul da Europa, no passado dia 16 de Março, na Cidade do Porto, a Câmara Municipal de Bragança, recebeu a Bandeira Verde, atribuída pela referida Fundação.

- Aprovado Voto de Pesar pelo falecimento do Ex-Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Eng.º José Luís Gomes Pinheiro, grande impulsionador do desenvolvimento do município de Bragança.

- Aprovada a continuação da Câmara Municipal de Bragança, por mais seis anos, como entidade gestora da Zona de Caça Municipal do Sabor, em parceria com a Junta de Freguesia de Outeiro e a Associação de Caça e Pesca de Outeiro;

- "Terra Fria Carnes, Lda.", proprietária dos lotes 213 A e 213 B, solicitou autorização à Câmara Municipal de Bragança, de acordo com a alínea a) do Art.º 40.º do Regulamento das Condições de Cedência e Ocupação de Lotes na Zona Industrial de Bragança, para proceder à sua alienação, em hasta pública, lotes estes constituídos por alteração ao alvará de loteamento urbano n.º 11/98 autorizada em R.C. de 14/09/06. Base de alienação dos lotes: Lote 213 A por 80 000,00 €; lote 213 B por 80 775,00 €. A Câmara Municipal em reunião de 20.11.2006, fixou o preço de 17,34 € por m² para a venda de Lotes da Zona Industrial, valor ao qual pode ser deduzido o incentivo pela criação e postos de trabalho. O preço por m², dos lotes a vender pela empresa é de 52,00 €. A venda será efectuada em hasta pública a realizar no Auditório Paulo Quintela, com a seguinte divulgação: colocação de editais nos locais habitualmente utilizados para o efeito pela Câmara Municipal; divulgação em dois Jornais locais; informação personalizada a todas as empresas instaladas na Zona Industrial e ainda à ACISB e NERBA.

- Tarifário do Gás Natural no Interior Norte – face aos valores divulgados pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), relativos ao preço médio praticado no ano de 2005 na distribuição de gás natural pelas várias concessionárias, no país, a Câmara Municipal tomou a seguinte resolução: a). solicitar, ao Ministério da Economia e Inovação, a revisão dos termos da concessão Interior Norte, feita à Duriensegás, no sentido de assegurar a redução do preço do m³ do gás, garantindo a uniformização de tarifário a nível Nacional; b) exigir à

Duriensegás uma relação de maior transparência com as Câmaras Municipais; exigir, por razões de segurança, no abastecimento e no transporte, que o fornecimento venha a ser substituído por alimentação através de condutas, ligando, assim, toda a área concessionada à rede de gasodutos Portuguesa e Europeia (ligação de Zamora/Bragança/Vila Real/Chaves); d) solicitar às Câmaras Municipais envolvidas na concessão Interior Norte (Bragança, Chaves, Vila Real, Amarante, Marco de Canavezes) uma tomada de posição conjunta sobre esta e outras matérias relacionadas com a distribuição do gás natural na região.

- Divisão de Intervenção Veterinária de Bragança

Tendo presente, que a Portaria n.º 219-P/2007, de 28 de Fevereiro, do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas criou 6 unidades orgânicas de âmbito sub-regional na dependência da Direcção de Serviços de Veterinária da Região Norte, sediada em Braga. Destas unidades, uma designa-se Divisão de Intervenção Veterinária de Bragança e abrange os 12 concelhos do distrito de Bragança. e que ao contrário das unidades orgânicas das outras Direcções Gerais e Regionais, nada é referido quanto ao local sede das Divisões de Veterinária, e tendo em conta que : a) – O Município de Bragança, além de ser um dos maiores do país, é o maior do distrito de Bragança, sendo também o que possui o maior número de explorações agrícolas, mais população agrícola e maior efectivo pecuário; b) – que os Serviços de Pecuária estão instalados em Bragança, a funcionar nas instalações da Zona Agrária de Bragança e com área de intervenção semelhante à que agora se propõe; c) – que de todos os concelhos que integram a zona de intervenção, Bragança é aquele que possui maior número de técnicos e colaboradores adstritos ao serviço de veterinária, tendo estes aqui as suas vidas organizadas, foi aprovada uma resolução, enviada a sua Excelência o Ministro da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas, no sentido de que seja mantida em Bragança da Divisão de Intervenção Veterinária,

- Empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, relativo à realização de capital social - face ao ofício de interpelação por parte da empresa, nos termos aprovados pelos accionistas em Assembleia Geral realizada a 4 de Abril de 2006, tendo como suportes as “breves anotações” à referida acta, a Câmara Municipal, respondeu através do ofício n.º 946 de 26.01.2007, remetendo para o conteúdo do ofício n.º 10092 de 9.12.2003 e para documento aprovado em reunião de Câmara Municipal de 27 de Fevereiro, da qual se destacam as preocupações fundamentais e complementares, mantidas por escrito desde o momento da adesão ao Sistema, se avalia o investimento realizado e se decide relativamente à realização do capital social, da seguinte forma:

a) - A Câmara Municipal de Bragança não deve assumir a totalidade dos seus compromissos, sem que o mesmo aconteça por parte das ATMAD com a particularidade de a posição de Câmara Municipal de Bragança ser conhecida desde o início. O Município poderá encarar de imediato a realização de capital social em termos proporcionais à evolução do empreendimento previsto no contrato de execução. A Câmara Municipal de Bragança realizaria já a parte correspondente ao investimento em alta do sistema de recolha e tratamento de águas residuais, ou seja o equivalente a 19, 77% da totalidade do Capital Social. O restante Capital Social só será realizado na totalidade com a entrega às ATMAD do processo de fornecimento de água, o que pressupõe que o problema de Veiguiñas esteja resolvido.

b) – A realização do Capital Social, tal como descrita na alínea anterior, não significa que a Câmara Municipal de Bragança venha a manter-se no sistema se a resolução do abastecimento de água não se concretizar. Em tal situação a nossa decisão remeterá para o nosso ofício n.º 10092/2003 de 12 de Setembro.

Quanto a outros assuntos complementares, foi referido: a) – ser necessário definir calendário de negociações para elaboração de documento complementar no qual sejam clarificadas as preocupações fundamentais e complementares descritas no ponto 1 de modo a estabilizar o processo de integração, documento a ser aprovado pela Assembleia Municipal.

Feira das Cantarinhas e XXI Feira de Artesanato/2007

À semelhança dos anos anteriores, proponho que a Feira das Cantarinhas e a XXI Feira de Artesanato de Bragança, sejam organizadas em parceria com a ACISB – Associação Comercial e Industrial e Serviços de Bragança. A Feira das Cantarinhas realizar-se-á nos dias 2 e 3 de Maio, ocupando os espaços habituais. A XXI Feira de Artesanato decorrerá nos dias 2,3,4, 5 e 6 de Maio, na Praça Camões.

Informação relativa a Empresas Municipais e Associações mais relevantes

- Associação do Cybercentro de Bragança – Relatório de Contas de 2006

O exercício de 2006 foi influenciado pelo crescimento do volume de prestação de serviços, cifrando-se o volume de negócios em 64.613,28€, o que significou um aumento de 14,58% em relação ao ano anterior, resultado para o que contribuiu uma maior abertura dos serviços prestados, aliado a uma maior rentabilidade dos recursos humanos disponíveis, mantendo-se o mesmo número de postos de trabalho; 3 pessoas contratadas, o Director Executivo e 2 funcionárias administrativas.

Em termos de orçamento, os proveitos previsionais são de 68.513,06€ e os custos previsionais serão de 65.972,57€, maioritariamente relacionados com os recursos humanos afectos ao Cybercentro e excluindo as amortizações, pelo que se poderá admitir que o exercício de 2008 atinja o resultado previsional positivo de 2.540,49€.

- **Mercado Municipal de Bragança, E.M.** – Pela estrutura do Balanço, pode observar-se que, de 2005 para 2006, ocorreu uma diminuição no endividamento de 143.377,84€, embora apresente um resultado líquido negativo no montante de 93.014,40€, valor que tem vindo a diminuir desde o início da actividade, e que o valor das amortizações e juros atinge o valor de 188.399,45€.

No decurso do exercício de 2006, a empresa manteve o número de postos de trabalho relativamente aos anos de 2004 e 2005, investiu 7.380,00€ e revelou-se auto-suficiente para suprir as necessidades de tesouraria. No período em análise, verificou-se um aumento de capital de 219.000,00€, integralmente subscrito pela Câmara Municipal de Bragança, tendo ocorrido uma melhoria nos Resultados operacionais os quais passaram para 117.548,00€, em virtude da diminuição de fornecimentos e serviços externos em 10.972,74€. Os resultados financeiros apresentam em 2006 uma variação desfavorável de 3.482,13€ em relação ao ano anterior, em resultado dos encargos financeiros que a empresa suporta pelo endividamento bancário.

- **Terra Fria – Carnes, Lda.** - No exercício de 2006 em relação ao exercício de anterior, ocorreu um decréscimo de 11,72€ no volume de vendas e prestações de serviços, tendo-se atingido o valor de 297.324,85€. Verificou-se, ainda, uma melhoria ao nível dos resultados operacionais que passaram de -163.481,62€ para -106.271,17€, e que o valor das amortizações e juros ascendeu a 136.812,22€. Esta evolução deveu-se por um lado ao crescimento dos proveitos operacionais e por outro a uma diminuição dos custos operacionais, dos quais se destaca a diminuição nos serviços e serviços externos de 4.435,75€, e uma diminuição com os custos com o pessoal de 11.458,86€.

Os resultados financeiros, apresentam em 2006 uma variação desfavorável de 4.913,92€, em relação ao ano anterior, em resultado da subida da taxa de juro, originando assim, um crescimento dos encargos financeiros associados ao empréstimo de médio e longo prazo.

O resultado líquido do exercício apresenta uma variação francamente favorável, já que embora tenhamos um prejuízo de 90.462,49€, tal valor significou uma diminuição de 44.422,22€ relativamente ao verificado em 2005, período em que o prejuízo foi de 134,884,71€.

Convém destacar ainda, o facto do cash-flow ter sido positivo e no valor de 12.244,65€, enquanto que em 2005 esse valor foi de -20.424,36€.

- **Fundação “Os Nossos Livros”** - tem como missão principal, conforme vontade do seu fundador, “ contribuir para o enriquecimento cultural da região de Bragança, mantendo uma biblioteca de consulta pública”. Tem sob sua responsabilidade, por acordo com a Câmara Municipal, a gestão administrativa pedagógica e financeira da Conservatório de Música.

A Fundação tem a seu cargo, Biblioteca; o Conservatório de Música e as aulas de música para o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Teve de receitas globais 196.936,46€, de despesa 178.506,53€.

As receitas são provenientes, por ordem decrescente: Câmara Municipal; propinas de alunos; DREN e receitas de património próprio. Tem ao seu serviço 22 colaboradores, 2 na Biblioteca e 21 no Conservatório de Música, sendo 20 professores.

- **Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro** – A empresa, desenvolve a sua missão, no âmbito da exploração e gestão do abastecimento de água e de saneamento em alta, envolvendo elevados investimentos em infra estruturas, tendo como objectivos estratégicos, ao nível quantitativo, o abastecimento de água a 95% da população e 85% no tratamento de esgotos. Conta com importantes apoios comunitários através do Fundo de Coesão. Tem como accionistas a empresa AdP, Águas de Portugal, SGPS, Sa, trinta municípios e a empresa municipal EHATB, SA, um capital social de 28.000.000€. Tem ao seu serviço, 152 colaboradores.

Município de Bragança, 18 de Abril de 2007

O Presidente da Câmara Municipal

a) António Jorge Nunes, Eng.º Civil

----- Bruno Veloso - Apresentou, por escrito, a seguinte -----

“Moção de Recomendação

Meio Ambiente e Desenvolvimento rural: Um compromisso Comum

.....Vivemos hoje num mundo globalizado, onde muitas vezes as questões ambientais são esquecidas no nosso quotidiano, servindo muitas vezes as palavras de tónico aos nossos pecados ambientais.
Cabe-nos contribuir, a cada um de nós individualmente, mas muito em particular às instituições Municipais, o fomento de pequenas regras criando politicas sensibilizadoras das populações e com elas construir um melhor ambiente e contribuir assim para o aumento da qualidade de vida no nosso concelho.

.....A AM reunida em Bragança recomenda à CMB:.....

.....- Envolver os jovens em acções cívicas capazes os sensibilizar para a importância da preservação do meio ambiente;.....

.....- Estimular a comunidade escolar na participação e desenvolvimento de acções conjuntas pela defesa e preservação do meio ambiente;.....

.....- Fomentar a utilização eficiente da energia, favorecendo o licenciamento de projectos de novas construções e que adoptem mecanismos capazes de diminuir o consumo de energia e que privilegiem às energias renováveis;.....

.....- Aumentar o número de ecopontos.

.....- Apoio de iniciativas relacionadas com o desenvolvimento sustentável desenvolvidas pelas juntas de Freguesia;

.....- Melhoramento das politicas de água. Promover uma campanha de consciencialização de carácter Municipal para a necessidade de utilizações correctas da água;.....

.....- Promover em conjunto com as Juntas de Freguesia percursos pedestres sobre caminhos rurais, identificando espaços rurais de interesse ambiental e recuperando percursos rurais;

.....- Fomentar a Participação dos Jovens no desenvolvimento Rural;.....

.....-Patrocinar o fomentar, em articulação com as juntas de Freguesia a criação Plano de Juventude para as zonas Rurais. Planos esses que devem ser transversais e capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável do mundo rural, capazes de proteger o ambiente e a cultura e simultaneamente atrair o investimento, aproveitando para isso as potencialidades do QREN.

----- a) Bruno Veloso – PS.....

----- Após análise e discussão da Moção de Recomendação, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente oitenta e um membros presentes. -----

----- Fizeram declaração de voto os membros: Luís Afonso e Paulo João. -----

----- Luís Afonso – Apresentou, por escrito, a seguinte

“MOÇÃO

.....Considerando a reestruturação em curso dos Serviços do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Regional e das Pescas e tendo por base a Portaria n.º 219-P/2007 de 28 de Fevereiro, que criou seis unidades orgânicas de âmbito sub-regional na dependência da Direcção dos Serviços de Veterinária da Região Norte e sendo que uma dessas seis unidades orgânicas se designa de Divisão de Intervenção Veterinária de Bragança, não sendo indicado o local (Concelho) onde ficará sediada, contrariamente às restantes cinco;

.....Considerando ser o Concelho de Bragança, aquele que possui maior número de explorações agrícolas e o maior efectivo pecuário, alargado a todas as espécies de produção, e também o maior número de Técnicos e Colaboradores adstritos ao Serviço de Veterinária, maior número de Associações de produtores ligados ao Sector de Veterinária;

.....Considerando que a importância da pecuária do Concelho, no contexto regional, sempre justificou e ao longo das últimas décadas, a existência de Serviços Públicos de Veterinária sediados em Bragança;

.....Considerando os rumores de que a Divisão de Intervenção Veterinária de Bragança poderá não ficar sediada na Cidade de Bragança, conduzindo assim à saída de um Serviço

importante para a economia do Concelho, propomos que na presente sessão da Assembleia Municipal de Bragança seja proposto ao Governo de Portugal que decida favoravelmente à instalação na Cidade de Bragança da Divisão de Intervenção Veterinária de Bragança.

.....Da deliberação tida na Assembleia Municipal seja remetida a Sua Excelência o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao Senhor Director Geral de Veterinária, Senhor Governador Civil, Senhores Deputados da Assembleia da República eleitos pelo círculo de Bragança e Comunicação Social.....

.....Bragança, 27de Abril de 2007

.....a) Luís Manuel Madureira Afonso”.....

----- Após análise e discussão da Moção, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com cinquenta e oito votos a favor, catorze abstenções e zero votos contra, estando momentaneamente setenta e dois membros presentes. -----

----- Fez declaração de voto o membro Victor Pereira.-----

4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA: -----

4.2.1 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2006. -----

.....Seguidamente se transcreve a solicitação da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Março do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel

Maria Lopes, Dr.^a Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“DOCUMENTO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVO AO ANO DE 2006

Pela Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira, foi apresentado o documento de prestação de contas, relativo ao ano de 2006:

Em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente, para aprovação, o Documento de Prestação de Contas relativo ao ano de 2006, elaborado no âmbito do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as sucessivas alterações e de acordo com a Resolução n.º 04/2001-2.^a Secção, Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas.

O referido documento é constituído pelo Relatório de Gestão e Mapas e Anexos às Demonstrações Financeiras, comportando estes últimos o Balanço, a Demonstração de Resultados e os Anexos às Demonstrações Financeiras.

O documento em apreciação, elencados no ANEXO I, das Instruções n.º 01/2001 do Tribunal de Contas, encontram-se integralmente elaborados e devidamente arquivados, estando disponíveis para consulta, quando para tal for solicitado. Destes não constam o mapa dos Subsídios Concedidos (ponto 8.3.4.3 do Pocal), e os mapas dos Activos de Rendimento Fixo e Variável (pontos 8.3.5.1 e 8.3.5.2 do Pocal) pelo facto de os mesmos não assinalarem movimentos.

O Balanço do ano de 2006 apresenta um activo líquido no valor de 127.437.822,17 euros, registando os fundos próprios e o passivo de igual montante.

A demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos 20.191.270,06 euros e proveitos no montante de 26.396.749,67 euros, originando um resultado líquido do exercício positivo de 6.205.479,61 euros.

No mapa dos fluxos de caixa estão discriminadas as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental quer às operações de tesouraria, onde se evidenciam também os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte) desagregados de acordo com a sua proveniência.

Este mapa apresenta, na gerência de 2006, os seguintes valores:

Um total de recebimentos no valor de 29.020.383,08 euros, que compreendem 186.218,92 euros do saldo da gerência anterior, 27.712.605,95 euros de receita orçamental (receitas correntes no montante de 20.189.166,01 euros, receitas de capital no montante de 7.507.687,14 euros e o valor de 15.752,80 euros relativo a outras receitas) e 1.121.558,21 euros de operações de tesouraria.

Pelo Sr. Presidente foi feita a apresentação do conteúdo do documento, dando-se início à análise e discussão do mesmo, após o que, antes da votação, o Sr. Presidente fez uma síntese ao documento nos seguintes termos:

1 - A execução do orçamento da receita do ano de 2006 foi respectivamente de 74,97% relativamente ao orçamento inicial e de 71,33% relativamente ao orçamento corrigido, valor positivo, se comparado com a execução média dos municípios de 66% (ano de 2003). Desde o ano de 1998, o Município de Bragança, todos os anos tem obtido valores de execução significativamente superiores à média. A receita total per capita do município no ano de 2006 foi de 789,3 euros, já no ano de 2003 foi de 1 064,03 euros, enquanto a média dos municípios no mesmo ano foi de 664,50 euros.

2 - A receita de capital regista um valor inferior ao de 2005, situação decorrente da não venda de bens de investimento, da não contracção de novos empréstimos e ainda da ocorrência de grandes atrasos nas transferências de apoios comunitários e outros, registando-se atrasos superior a um ano nas comparticipações.

3 - A despesa corrente diminuiu no ano de 2006, em 5,13%, cumprindo-se assim um dos objectivos impostos na gestão. A despesa corrente atingiu 53,71% do orçamento da despesa, enquanto que a de capital representa 46,29%. Se, feita a comparação com a média nacional (ano de 2003), a relação é de 57,00% e de 43,00% respectivamente (no ano de 2003, o Município de Bragança atingiu os valores de 31,30% e 68,70%). A relação é globalmente favorável em termos de investimento.

4 - A despesa de capital foi de 12.704.202,10 euros, o que correspondeu a uma taxa de execução de 56,99%. Feita uma análise em termos comparativos ao investimento dos anos de 2003 e 2004 (últimos dois anos com dados globais para os municípios), verifica-se que em

2003, só 17 municípios investiram mais do que o Município de Bragança, apesar de 36 terem realizado despesa global superior. Em 2004, só 38 municípios investiram mais, apesar de 56 terem realizado orçamento global de despesa superior ao Município de Bragança, que esteve no grupo dos 10% de municípios do país que mais investiram.

5 - A dívida global diminuiu 5,75%, representando 55,60% da receita global (a 1 de Janeiro de 1998, representava 105,37%). Se comparada com a média nacional 81% e com a dívida pública, 64,70% do PIB (ligeiramente acima dos 100 mil milhões de euros), percebemos que a situação é equilibrada. A dívida de médio longo prazo, foi diminuída em 1.588.189,82 euros.

6 - O património da Autarquia evoluiu para 127.437.822,17 euros, registando-se um crescimento de 6,68%. Os fundos próprios cresceram 6,02%, enquanto o passivo, se deduzida a parcela de proveitos diferidos, diminuiu em 302.476,72 euros.

7 - A despesa com pessoal foi inferior relativamente ao previsto no orçamento, tendo a qualificação geral aumentado, o que dá garantias de melhores serviços aos cidadãos. O aumento da despesa com pessoal foi de 3,97%, representando 40,44% do orçamento corrente e de 23,87% da despesa global, enquanto no ano de 2005 representava 20,47%.

Os limites legais de despesa com pessoal situaram-se em 37,61% e 17,87% dos limites legais impostos.

Assinalados os aspectos fundamentais do documento, o Sr. Presidente, dirigiu-se a cada um dos membros do Executivo para que se pronunciassem sobre o mesmo e indicassem o sentido de voto.

Intervenção dos Srs. Vereadores:

Pelos Srs. Vereadores foi feito um comentário ao documento apresentado.

Sr. Vice Presidente, Eng.º Rui Caseiro:

Voto favoravelmente. O documento de prestação de contas traduz a prática de uma gestão séria e rigorosa a nível patrimonial e orçamental deste Município, por parte do Executivo Municipal. Mais fundamento este meu voto na explicação sucinta apresentada em sete pontos, pelo Sr. Presidente.

Sr. Vereador, Arqt.º Nuno Cristovão:

Voto favoravelmente o documento de prestação de contas do ano de 2006 suportado nos seguintes aspectos que me mereceram destaque e por isso me oferece relevar:

1.º - Verifica-se que a autonomia financeira teve um crescimento bastante acentuado, relativamente ao ano anterior, reflectindo-se de igual forma na saúde financeira da autarquia;

2.º - Sendo o saldo de gerência positivo, demonstra que se cumpriu o princípio orçamental de equilíbrio global;

3.º - O investimento concretizado demonstra de forma evidente a boa gestão da autarquia, traduzida na modernização e qualificação urbana e da actividade económica, garantindo aos cidadãos melhor qualidade de vida e bem estar, cumprindo assim de forma exemplar o papel de bem servir e bem gerir os dinheiros públicos.

Para além destes três aspectos que traduzem a excelente política de gestão da autarquia, devo referir também que subscrevo integralmente os aspectos referidos pelo Sr. Presidente.

Sr.ª Vereadora, Dr.ª Fátima Fernandes:

Voto favoravelmente porque o relatório demonstra a boa execução do orçamento, o rigor do trabalho desenvolvido pelo executivo; o contínuo investimento que tem marcado os últimos anos com o controlo e contenção de despesa corrente, não perdendo de vista o controlo de dívida do Município.

Sr.ª Vereadora, Isabel Lopes:

Voto favoravelmente pelos seguintes aspectos:

1- Boa execução orçamental.

2- A despesa corrente diminuiu, o que reflecte uma gestão rigorosa por parte do Executivo Municipal.

3- Mais uma vez, a dívida do Município diminuiu o que veio contrariar a tendência, em relação à situação em que o Partido Socialista deixou esta Câmara Municipal.

4- A despesa com o pessoal diminuiu, embora se tenham contratado mais quadros superiores, o que é um aspecto positivo.

5- Um aspecto negativo são as Transferências de Fundos de Administração Central que diminuíram em 11%. Contudo, este Município conseguiu aumentar as receitas. Na minha

opinião, as Transferências da Administração Central deveriam aumentar nos municípios do interior, permitindo assim a diminuição de impostos.

Srs. Vereadores, Dr.^a Idalina Alves e Sr. Francisco Gonçalves:

O nosso voto vai no sentido da abstenção, sendo justificado, pelo facto de os documentos apresentados, evidenciarem um programa de acção que não é concordante com o nosso.

Assim, o Relatório de Gestão e proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, foram aprovados com cinco votos favoráveis, dos Srs., Presidente, Eng.^o António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.^o Rui Afonso Caseiro, Arqt.^o Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.^a Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.^a Isabel Maria Lopes, e duas abstenções dos Srs., Vereadores. Dr.^a Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, ficando cópia arquivada em Pasta Anexa ao Livro de Actas, para produzir todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à apreciação da Assembleia Municipal, o referido documento, nos termos da alínea e) do n.^o 2, do Art.^o 64.^o e da alínea c) do n.^o 2 do art.^o 53.^o da Lei n.^o 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.^o 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 10 de Abril de 2007.

a) Maria mavilde Gonçalves Xavier.

II – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2006

.....Após análise e discussão da proposta, foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e cinco votos a favor, zero votos contra e doze abstenções, estando momentaneamente setenta e sete membros presentes.-----

.....4.2.2 – PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO 2007.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:.....

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Março do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“QUARTA MODIFICAÇÃO - PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2007

As revisões ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

Considerando que a Autarquia só pode utilizar o saldo da gerência anterior após a apreciação e votação das contas a que o mesmo respeita pelo órgão deliberativo competente, concretiza-se essa utilização mediante revisão orçamental. Nestes termos, foi presente a 1.ª Revisão ao Orçamento de Receita e Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2007,

que apresenta reforços no valor de 365.700,00 euros no Plano Plurianual de Investimentos, tendo sido utilizada a contrapartida de igual valor proveniente da incorporação do Saldo da Gerência do ano de 2006.

A inscrição da receita apresentada é utilizada nos seguintes reforços do Plano Plurianual de Investimentos de 2007: Arranjos nos arruamentos da cidade, 75.000,00 euros; Requalificação de acessos urbanos nas aldeias, 75.000,00 euros; Aquisição de abrigos de passageiros, 50.000,00 euros; Ampliação das redes de iluminação pública na área urbana, 50.000,00 euros; Pavimentação a cubos de granito em várias aldeias (nomeadamente em Sortes, Sarzeda e Zoio), 75.000,00 euros; Aquisição de equipamento e maquinaria diversa, 1.200,00 euros; Grandes reparações em equipamentos 2.500,00 euros; Execução de redes de saneamento básico nas aldeias de Carocado, Valverde, Castrelos, Alimonde, Conlelas e Carrazedo, 7.000,00 euros e Conceção e criação de área de localização empresarial, 30.000,00 euros.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprová-la, da qual fica cópia arquivada em Pasta Anexa ao Livro de Actas, para produzir todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 64.º e da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 10 de Abril de 2007.

II – 1ª. REVISÃO AO ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2007

.....Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com sessenta e dois votos a favor, zero votos contra e quinze abstenções, estando momentaneamente setenta e sete membros presentes. ----

.....4.2.3 – PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE Municipal DO DEPÓSITO DAS TERRAS SOBRANTES DA ESCAVAÇÃO DO TRAÇADO DO ip4-e2 – PONTE INTERNACIONAL DE QUINTANILHA E ACESSOS, NOS TERRENOS DA CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA RIBEIRA.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis de Março do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Maria de Fátima Gomes Fernandes, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL DO DEPÓSITO DAS TERRAS SOBRANTES DA ESCAVAÇÃO DO TRAÇADO DO IP4 – E82 – PONTE INTERNACIONAL DE QUINTANILHA E ACESSOS, NOS TERRENOS DA CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA RIBEIRA:

Pelo Departamento de Obras e Urbanismo, foi presente a seguinte informação, produzida pelo Gabinete Jurídico desta Câmara Municipal:

“A Empresa, Construtora do Tâmega, S.A. (enquanto líder do agrupamento de empresas Construtora do Tâmega, S.A./Zagope, S.A.) solicita uma Declaração de Interesse Municipal a emitir pela Assembleia Municipal de Bragança, respeitante à localização do depósito de terras sobrantas em área da Reserva Ecológica Nacional - REN, por forma que a

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CCDRN possa dar continuidade ao processo de instrução do Regime de Interesse Público (RIP).

CUMPRE INFORMAR:

O processo encontra-se devidamente instruído, nos termos que se segue:

1.º Proposta de intervenção devidamente caracterizada, acompanhada de mais elementos esclarecedores solicitados, ao nível de integração paisagística, definindo cotas finais e espécies vegetais a plantar não se vendo assim qualquer inconveniente na sua implementação;

2.º Ofício n.º 16683, de 25 de Outubro de 2006, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CCDRN, a solicitar a emissão da Declaração de Interesse Municipal pela Assembleia Municipal de Bragança, respeitante à localização do depósito de terras sobrantes em área da Reserva Ecológica Nacional – REN;

3.º Declaração da Junta de Freguesia de Quintanilha no sentido de não existir qualquer tipo de inconveniente à pretensão, bem como autorização da Confraria de Nossa Senhora da Ribeira para depositar as terras sobrantes da escavação do traçado nos terrenos de sua propriedade.

NESTES TERMOS:

Considerando que o reconhecimento de Interesse Municipal é exigido de acordo com as orientações do Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, dado não se prever reconhecer o Interesse Público de uma acção sem que se manifeste o Interesse Municipal;

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 4.º do D. L. n.º 93/90, de 19 de Março, alterado pelo D. L. n.º 180/2006, de 06 de Setembro – que define o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – REN, a realização de acções de interesse público carece do reconhecimento por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área do ambiente e ordenamento do território e do membro do Governo competente em razão da matéria;

Considerando, por fim, que nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro,

competete à Assembleia Municipal, reconhecer o Interesse Municipal, propõe-se que o presente processo seja remetido àquele órgão deliberativo.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, concordar com o presente processo, e submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos de reconhecer o Interesse Municipal, de acordo com a informação do Departamento de Obras e Urbanismo.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 10 de Abril de 2007.

a) Maria mavilde Gonçalves Xavier.

.....**Após análise e discussão da proposta foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com setenta e quatro votos a favor, dois votos contra e uma abstenção, estando momentaneamente setenta e sete membros presentes.**

.....**Fez declaração de voto o membro Lídio Correia.**

4.3 – ELEIÇÃO DE 4 REPRESENTATES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE BRAGANÇA.

----- **Adriano Rodrigues** - Apresentou uma proposta de lista – Lista A, com os seguintes nomes: 1º. Paulo Jorge Almendra Xavier(Presidente da Junta de Freguesia da Sé)

2º. Maria Sampaio da Veiga

3º. Paulo Ermenegildo Castro João(Presidente da Junta de Freguesia de Rabal)

4º. Orlando Matos Pontes

Suplente – João Victor Alves(Presidente da Junta de Freguesia de Gimonde)

----- **Após a votação, por escrutínio secreto, e num universo de 88 votantes a referida lista obteve o seguinte resultado:**

Votos a favor – 62

votos contra - 8

votos em branco – 10

votos nulos – 8

----- Não tendo sido apresentada qualquer outra lista, e mediante o resultado da votação da Lista A, foram eleitos para fazerem parte da referida Comissão os quatro membros acima mencionados.....

4.4 – TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO, PROPOSTAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:

4.4.1 – ESTUDO E PROMOÇÃO DA REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS NO CONCELHO DE BRAGANÇA.....

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros:-----

I -CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de Abril do ano de dois mil e sete, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes, e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Armando Nuno Gomes Cristóvão, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Sr. Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ESTUDO E PROMOÇÃO DA REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS NO CONCELHO DE BRAGANÇA

Pelo Chefe da Divisão de Transportes e Energia, foi presente, novamente, para análise, o documento mencionado em epígrafe, do qual foram previamente, distribuídos exemplares a todos os membros do Executivo Municipal.

O presente documento elaborado, pela Empresa TIS.PT, – Consultores em Transportes, Inovação e Sistemas, S.A., tem como objectivo a análise e desempenho actual da rede de transportes de passageiros dos STUB.

A apresentação em PowerPoint do referido documento pelo Chefe da Divisão de Transportes e Energia, mereceu, também, alguns comentários por parte do Sr. Presidente.

Tomado conhecimento e deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, dar conhecimento, do presente documento, à Assembleia Municipal.

Intervenção dos Vereadores, Dr.ª Idalina Alves e Sr. Francisco Gonçalves:

Este estudo realizado pela empresa TIS.PT que inclusive já efectuou outros trabalhos para a CMB e, sendo uma empresa com certificação de qualidade, merece confiança, isto é, credibilidade técnica.

No entanto, propomo-nos efectuar alguns considerandos, em assuntos não abordados, ou que não tenham sido apreciados como fundamentais para a rede de transportes, públicos.

Compreendemos que mereça alguma preocupação ao Executivo que as receitas só cheguem a cobrir 25% das despesas e, em alguns casos (2005), a receita seja apenas de 18% em relação à despesa total.

As soluções apresentadas são, na sua generalidade, no sentido de redução de custos, soluções estas inovadoras, mas que ainda nenhum Município adoptou como experiência, tais como:

Carros Partilhados

Boleias Combinadas

Transporte a pedido (aconselhado no estudo), etc.

É que, nos Países onde realmente estas soluções existem, o Estudo não apresenta resultados, apenas sabemos que são países desenvolvidos, com outro tipo de preocupações quer de âmbito social, económico ou ambiental.

Um inquérito sobre este tipo de soluções, que não foi efectuado junto da população, concerteza nos elucidaria melhor sobre as alternativas ao transporte público no concelho de Bragança.

Não cremos que, no curto prazo, as soluções apresentadas venham a ter o impacto desejado ou que sejam aceites e praticadas pela população quer do meio rural, quer do meio urbano.

O estado da rede viária, com todas as lacunas por nós conhecidas (mal dimensionadas e direccionadas e com o piso danificado) também não foi objecto de estudo.

Por outro lado, a população activa oriunda do meio rural, tem que optar por vir viver para a sede do concelho, o que, contribui como factor inibidor da sua radicação no meio de origem. Excepção feita às aldeias circundantes da sede do concelho, com melhores acessos, o que prova que as populações gostam de viver no campo.

Assim sendo, os empresários dos transportes têm pouca apetência pela exploração deste mercado, já que deixa de ser rentável.

Urge pois, melhorar as vias de acesso, de maneira a que a rede de transportes públicos chegue à maioria da população activa, que utiliza muito pouco este tipo de transportes.

Os passes actuais quase estão direccionados exclusivamente para a população idosa e jovens estudantes, pelo que se propõe, que haja uma promoção deste tipo de resposta a toda a população activa nos seus diferentes Serviços (acordo com: Funcionários da Autarquia, Bombeiros, Forças de Segurança, Serviços Públicos, Associações Culturais, Recreativas, Sindicatos,...), bem junto dos Órgãos de Comunicação Social, divulgando os benefícios do transporte público e o seu fácil acesso.

Deste modo, não concordamos com a diminuição de carreiras nem dos percursos, já que tais medidas só levarão a que a sua procura e utilização se tome inferior às existentes.

Em resumo, consideramos que este serviço de utilidade pública, deve ser promovido, e apoiado por esta Autarquia e que os custos inerentes têm de ser aceitáveis e "justificáveis".

Intervenção do Sr. Presidente em resposta aos Srs. Vereadores do Partido Socialista:

A preocupação da Câmara Municipal, ao mandar elaborar o Estudo e Promoção da Rede de Transportes Públicos, no Concelho de Bragança, com especial incidência no STUB, tem como objectivo a melhoria do Serviço Público, a redução de custos, a adequação da oferta

de transporte público à procura, que hoje se faz de forma diferente, da que ocorria há anos atrás, e de servir mais população.

As soluções e sugestões apresentadas no estudo resultam da reflexão, conhecimento e elevado profissionalismo da equipe técnica, nem todas têm que ser adoptadas, poderão, até algumas delas, ser menos ajustadas, mas é certo que a base de trabalho preparada para o Executivo tomar decisões, é inquestionavelmente boa, e permitir-nos-á melhorar o serviço em benefício dos cidadãos.

Alguns dos comentários, apresentados pelos Senhores Vereadores, merecendo ser respeitados, evidenciam em primeiro lugar, pouco conhecimento desta matéria e vontade de manter tudo na mesma. Ao contrário, pretendemos melhorar, o que implica alterações de horários, dimensão e tipologia da frota e diferenciação da oferta, para servir melhor, aumentando a área coberta.

O tarifário permite-nos cobrir uma fatia reduzida das despesas, está construído de forma socialmente justa, a sugestão dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, de disponibilizar passes em condições mais favoráveis aos funcionários públicos e agentes da Administração Pública, é errada em termos económicos e sociais, e favoreceria os cidadãos em geral com melhores rendimentos.

Quanto ao estado da rede viária municipal, os Senhores Vereadores deveriam ter justamente acrescentado que a rede da responsabilidade do Município tem nos últimos anos sido muito ampliada e beneficiada, enquanto que as estradas no Concelho sob responsabilidade da Administração Central estão abandonadas e em elevado estado de degradação.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 10 de Abril de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

II – RELATÓRIO

.....**TOMADO CONHECIMENTO**.....

4.4.2 – EMPRESA DE ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A - REALIZAÇÃO DE ENTRADAS DE CAPITAL – INTERPELAÇÃO –OFÍCIO 003 –ADM-07

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Bragança:

Certifica que na acta da reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no vinte e sete de Fevereiro do ano de dois mil e sete, devidamente aprovada e com a presença dos Srs., Presidente, Eng.º António Jorge Nunes e Vereadores, Eng.º Rui Afonso Cepeda Caseiro, Arqt.º Nuno Armando Gomes Cristovão, Dr.ª Isabel Maria Lopes, Dr.ª Maria Idalina Alves de Brito e Francisco Manuel Gonçalves, se encontra uma deliberação, do seguinte teor:

“EMPRESA ÁGUAS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A. RELATIVO À REALIZAÇÃO DE ENTRADAS DE CAPITAL - INTERPELAÇÃO - OFÍCIO 003-ADM-07

O Sr. Presidente apresentou o processo e proposta de resolução, nos termos a seguir

1 - INTRODUÇÃO AO PROCESSO

Recebido o ofício de interpelação n.º 003-ADM-07 da empresa, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., nos termos do aprovado pelos accionistas em Assembleia Geral realizada a 4 de Abril de 2006, tendo como suportes as “breves anotações” à referida acta.

A esta interpelação a Câmara Municipal respondeu através do ofício n.º 946 de 26.01.2007, remetendo para o conteúdo do ofício n.º 10 092 de 9.12.2003 (anexo 1) e para a elaboração do presente documento.

É, ainda, relevante, destacar a declaração de voto apresentada sobre esta matéria, pelo accionista, Município de Bragança, na Assembleia Geral da ATMAD, realizada a 4 de Abril de 2006 (anexo 2).

Sublinha-se mais uma vez, que desde o início das negociações entre as partes, para a constituição do sistema, estiveram presentes dois níveis de preocupações, por parte da Câmara Municipal de Bragança:

1.º - Preocupação fundamental.

Desde o início a integração efectiva no Sistema Multi-Municipal, por parte da Câmara Municipal de Bragança, ficou condicionada à construção da Barragem de Veiguiñas, (6.ª e última fase do Sistema Integrado no Alto Sabor), assunto relativamente ao qual deveriam ser dadas, por parte da empresa, garantias efectivas de construção e respectivo calendário.

2.º - Precauções Complementares.

a) Sendo o Sistema do Alto Sabor um aproveitamento de fins múltiplos, e do qual falta apenas a construção da Barragem de Veiguiñas, sistema de características únicas de entre todos os sub-sistemas municipais dos Municípios aderentes), torna-se exigível estabelecer um acordo de princípio, referente à componente energética do sistema. Desta componente, a Câmara Municipal de Bragança não abdicará da integral gestão, no que diz respeito às instalações existentes, e de uma negociação referente à produção energética adicional, que a solução comporta.

b) Efectivação da criação de delegação em Bragança, conforme previsto no n.º 2 do Art.º 2.º dos Estatutos da Empresa, e garantia de mudança da sede social para Bragança, no ano de 2016.

2 – EVOLUÇÃO DO PROCESSO.

2.1 – Descrição geral:

O contrato de fornecimento de água e recolha de águas residuais estabelecido com a empresa, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A. e assinado a 26 de Outubro de 2001, mereceu aprovação pela Câmara Municipal de Bragança e Assembleia Municipal, tendo especificamente nos seus objectivos a construção da Barragem de Veiguiñas, incluída no Sistema do Alto Sabor (6.ª fase de construção).

Com a assinatura destes contratos, e conseqüente integração da Câmara Municipal de Bragança na empresa, ATMAD, procurou este Município garantir o aproveitamento de

uma oportunidade para resolução de problemas estruturais, fundamentalmente na área do fornecimento de água, aproveitando a oportunidade de afectação de Financiamentos Comunitários (em particular do Fundo de Coesão), para a concretização de um projecto que já tinha beneficiado de apoio técnico ao nível de contrato programa para a execução dos estudos.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Bragança em ofício n.º 10 092, de 09.12.2003, comunicou ao Conselho de Administração da ATMAD que só realizaria a totalidade do Capital Social quando inequivocamente estivessem garantidos os condicionantes descritos no ponto 1, e dos quais a Câmara Municipal de Bragança faria garantir (ou não) a sua permanência no Sistema Multimunicipal.

Foi, ainda, transmitido, nesse mesmo ofício, que a execução das obras previstas pela ATMAD não estariam de forma alguma condicionadas, tendo mesmo a aprovação da Câmara Municipal de Bragança. No entanto, foi afirmado que se em dado momento se viesse a revelar inviável a concretização do contrato de concessão, então a Câmara Municipal de Bragança restituiria o investimento realizado, deduzido das verbas utilizadas a título de Apoio Comunitário, nomeadamente do Fundo de Coesão.

2.2 – Abastecimento de água:

A solução adoptada pela ATMAD para o abastecimento de água à terra fria, e em particular ao Concelho de Bragança, identificava como principais problemas no sistema de abastecimento existente o número elevado de origens/captações, considerando como imperativo que a origem da água de Serra Serrada deveria ser complementada com a construção da Barragem de Veiguiñas, como forma de fazer face às carências de água no Concelho. Neste sentido, a solução apresentada apontava para que numa fase inicial se procedesse à execução da Barragem de Veiguiñas, à integração da ETA de Junqueira, à integração das condutas adutoras de água até à sede do Concelho, e ainda à adução, em alta, a todas as localidades cuja distância não fosse superior a 1 km relativamente às linhas de adução. Para uma segunda fase seriam deixadas todas as restantes obras de adução.

As obras a executar teriam um custo previsto de €13 963 143, 80 (2 799 359 contos).

2.3 – Águas residuais:

A solução proposta pela ATMAD para o sistema em “ alta “ de drenagem e tratamento de águas residuais para o Concelho de Bragança previa a construção de nove emissários gravíticos com uma extensão de 12 150 metros; quatro condutas elevatórias; quatro estações elevatórias a executarem respectivamente em Nogueira, Lagomar, Donai e Castro de Avelãs e à remodelação e reabilitação das ETAR's de Izeda e fundamentalmente de Bragança. As infraestruturas descritas cujo custo previsto era de €1 460 420, 39 (292 788 contos) estão genericamente executadas, faltando a activação de uma das Estações Elevatórias. O custo referente a este investimento foi, de acordo com a informação disponível, de € 3 440 000,00 (690 000 contos)

3 – REALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL.

3.1. Respondendo aos argumentos e à resolução da Assembleia Geral da Empresa, realizada a 04 de Abril de 2006, não podemos deixar de defender a nossa participação nos termos que, ajustados à ideia do conjunto, não deixam de ter em conta o interesse do Município de Bragança. Assim e atendendo aos pontos n.º 1 e 2, a abordagem à realização do Capital Social, só poderá ser feita da seguinte forma:

a) A Câmara Municipal de Bragança não deve assumir a totalidade dos seus compromissos, sem que o mesmo aconteça por parte da ATMAD com a particularidade de a posição de Câmara Municipal de Bragança ser conhecida desde o início. O Município poderá encarar de imediato a realização de Capital Social em termos proporcionais à evolução do empreendimento previsto no contrato de execução. A Câmara Municipal de Bragança realizaria já a parte correspondente ao investimento em alta do sistema de recolha e tratamento de águas residuais, ou seja o equivalente a 19,77% da totalidade do Capital Social.

O restante Capital Social só será realizado na totalidade com a entrega à ATMAD do processo de fornecimento de água, o que pressupõe que o problema de Veiguihas esteja resolvido.

b) – A realização do Capital Social, tal como descrita na alínea anterior, não significa que a Câmara Municipal de Bragança venha a manter-se no sistema se a

resolução do abastecimento de água não se concretizar. Em tal situação a nossa decisão remeterá para o nosso ofício n.º 10 092, de 09.12.2003.

3.2 – Documento complementar aos contratos de fornecimento:

a) - É necessário definir calendário de negociações para elaboração de documento complementar no qual sejam clarificadas as preocupações fundamentais e complementares descritas no ponto 1 de modo a estabilizar o processo de integração.

b) – O documento complementar que vier a ser aprovado, carecerá de aprovação de Assembleia Municipal.

Proponho, assim, ao Executivo Municipal, que delibere sobre a proposta apresentada, pontos 3.1 e 3.2 e que a ATMAD seja notificada do teor da deliberação, conforme já referido no nosso ofício n.º 946, de 26.01.2007, de modo a tentar estabilizar o processo de integração.

Que da presente resolução seja dado conhecimento à Assembleia Municipal.

Intervenção do Sr. Presidente

O Sr. Presidente declarou aberta a discussão da proposta, esclarecendo que, com este documento, pretende-se não quebrar o equilíbrio na relação existente entre a Empresa, ATMAD e a Câmara Municipal de Bragança, sendo que o nosso sistema carece de uma abordagem específica, relativamente aos outros Municípios.

Intervenção dos Vereadores, Dr.ª Idalina Alves e Sr. Francisco Gonçalves

Não é demais recordar, que tanto os Vereadores do Partido Socialista, bem como os Deputados da Assembleia Municipal em momento algum, aceitaram a opção da Câmara Municipal em aderir ao Sistema Multi-Municipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A..

Uma vez mais o tempo dá razão, àqueles que defendiam não haver benefícios em aderir ao sistema, e que se opunham à entrega de infraestruturas, sem garantias ou contrapartidas.

O Senhor Presidente sabe também, como nós que uma das actuais preocupações, se não a maior da população do Concelho de Bragança é o abastecimento de água em qualidade e quantidade.

Pela nossa parte confiamos no bom senso e na coragem do Senhor Presidente, temos a certeza que saberá encontrar a melhor solução, a solução acertada, tal como nos tem habituado ao longo dos anos.

Os Vereadores do Partido Socialista, vão estar atentos ao desenrolar do processo, sempre disponíveis em colaborar na defesa e interesses dos munícipes do Concelho.

Nesse sentido pretendemos saber:

1.º Que capital já realizou a Câmara Municipal de Bragança.

2.º Consequências e custos de um possível abandono do Sistema Multi-Municipal de Água e Saneamento Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A..

Relativamente à alínea a) do segundo ponto da referida proposta não estava previsto no Acordo Municipal que a produção energética das instalações existentes seria da Gestão da Câmara Municipal de Bragança.

Intervenção do Sr. Presidente em resposta aos Srs. Vereadores

O Capital Social realizado é de 24 939,89 €. A Câmara Municipal de Bragança realizaria o capital social correspondente ao investimento em alta do sistema de recolha e tratamento de águas residuais, mas exige-se que a empresa cumpra com o inicial acordado.

Não se pode entregar a produção energética e nem abdicar da integral gestão no que diz respeito às instalações existentes. Veiguinhas é também crucial para a resolução deste problema. Exigimos ainda clareza em relação à localização.

De imediato, procedeu-se à votação da proposta apresentada, tendo sido a mesma, aprovada, por unanimidade, dos membros presentes, nomeadamente, pontos 3.1 e 3.2, bem como notificar a Empresa, Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., desta deliberação. Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, dar conhecimento desta resolução à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Município de Bragança e Secção de Expediente Geral, 10 de Abril de 2007.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier.

TOMADO CONHECIMENTO.-----

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

2 – Membros:

Adérito de Jesus Falcão Lhano **a)**
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Maria Afonso
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Afonso
Augusto Acácio Morais
Cândido Vaz Alves
Carlos José Cadavez
Domingos Moura dos Santos
Francisco Carolino Paulo
Joaquim do Nascimento Pereira
José António Lourenço Rodrigues
José Luís Baltazar
Júlio da Costa Carvalho
Luís Manuel Ferro Azevedo
Luís Manuel Madureira Afonso **a)**
Manuel Ferreira Azevedo Maia
Maria do Amparo Mendes Alves
Maria Eugénia C. Barreira Afonso **a)**
Maria Madalena Morais Morgado
Martinho Eduardo Nascimento **a)**
Nuno Alvares Pereira
Nuno Filipe Machado Reis **a)**
Rui António Neves Simão
Rui Fernando Rodrigues Correia
Vasco José Gonçalves Vaz **a)**

PARTIDO SOCIALISTA

Alzira da Conceição Bento Gomes **a)**
Amílcar dos Anjos Pires
Aquiles do Carmo Pereira
Armando Pinto Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso **a)**
Fernando Manuel Teixeira Rodrigues **a)**
Francisco Manuel Esteves Marcos
João Batista Ortega
Luís Filipe Fernandes
Manuel António Pires
Manuel Gonçalo Esteves
Orlando Augusto Matos Pontes
Victor Fernando Simões Alves
Vítor Prada Pereira

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Lídio Alberto Correia
José Manuel Correia dos Santos Ferreira de Castro

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues
AVELEDA	Isidro Carlos Pereira Rodrigues a)
BABE	Manuel António Esteves
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
CARRAZEDO	Nuno António Baptista Pousa a)
CASTRELOS	Amílcar Pereira Ventura
CASTRO DE AVELÂS	José Vicente Fernandes
COELHO	Ernesto António Fernandes
DEILÃO	Manuel Benites Inácio a)
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins
ESPINHOSELA	Hélder Augusto Martins
FAÍLDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa a)
GIMONDE	João Victor Alves
GONDESENDE	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
GOSTEI.	Carolina de Jesus Fernandes
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco
IZEDA	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
MACEDO DO MATO	João do Nascimento Fernandes
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves

MILHÃO	António Alcino Fernandes
OUTEIRO	João Augusto Paiva
PARADA	António Manuel Afonso Pires
PARADINHA NOVA	Domingos António Seca a)
PARÂMIO	Manuel João Afonso Fernandes
PINELA	António Jorge Brás Pires
POMBARES	Afonso Augusto Pires Domingues
QUINTANILHA	Sérgio Miguel Borges Romão
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João
REBORDAINHOS	Albino Alves Rodrigo
REBORDAOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues
RIO FRIO	Humberto Amândio Garcia
RIO DE ONOR	António José Preto
SALSAS	Filipe Osório Caldas a)
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela
SANTA COMBA DE ROSSAS	Francisco José Pires Paula
SANTA MARIA – BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara
SÃO PEDRO DOS SERRACENOS	António Carlos de Sá
SÉ – BRAGANÇA	Paulo Jorge Almendra Xavier
SENDAS	Marco Paulo de Jesus Frei (Substituto) a)
SERAPICOS	Armando Augusto Venâncio Dias
SORTES	Juvencio Alves de Carvalho
ZOIO	Manuel Diogo Afonso a)

a) Aplicação do disposto no nº. 9 do artigo 64ª. do Regimento da AM.

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

António Cruz Oliveira
Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro

PARTIDO SOCIALISTA

Maria de Fátima Gonçalves Esteves

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

BAÇAL	Manuel João Pinelo Regino (Substituto)
CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
MÓS	Anselmo Anibal Martins
NOGUERIA	José António Prada

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Rui Afonso Cepeda Caseiro
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Armando Nuno Gonçalves Cristóvão
Isabel Maria Lopes

-----Por ser verdade e me ter sido pedida, mandei passar a presente certidão que depois de achada conforme, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

Assembleia Municipal de Bragança, 8 de Maio de 2007.